

2011

Relatório e Contas

FUNDAÇÃO ALENTEJO



**APROVADO EM
REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
30 DE ABRIL DE 2012**

ÍNDICE

Apresentação	5
1. Recursos Humanos	7
1.1. Recursos Humanos/Valências	8
1.2. Recursos Humanos/Categorias e funções	11
1.3. Recursos Humanos/Formação	14
2. Balanço de Actividades - Valências	15
2.1. EPRAL – Formação Inicial de Jovens	15
2.1.1. Dinâmica de frequência e constituição de turmas	15
2.1.2. Conclusão de curso/PAP – Ciclo de formação 2008-2011	19
2.1.3. Formação em contexto real de trabalho (FCT)	23
2.1.4. Percurso pós-formação	25
2.1.5. Outras dimensões e actividades formativas relevantes	28
2.1.6. Formação de formadores	29
2.2. Formação de Adultos	30
2.2.1. Cursos EFA	30
2.2.2. Resultados Balanço do sucesso formativo	32
2.2.3. Formação em Contexto de trabalho	33
2.2.4. Unidades Modelares de Curta Duração	35
2.3. Os CNO da Fundação Alentejo	36
2.3.1. Estabelecimento de contratos-programa com parceiros diversificados	36
2.3.2. Deslocalização da intervenção/Itinerâncias	37
2.3.3. Segmentação da intervenção	38
2.3.4. Contrato de gestão partilhada de objectos	38
2.3.5. Organização e gestão	38
2.4. Colégio Fundação Alentejo	46
2.4.1. Constituição de salas (situação a Dezembro de 2011)	47
2.4.2. Actividades mais relevantes/valência	49
2.5. Contratação Pública	50

3. Análise económica e financeira	53
3.1. Enquadramento.....	53
3.2. Investimento.....	53
3.3. Endividamento perante as Instituições Financeiras.....	55
3.4. Especialização de rendimentos e gastos	57
3.5. Responsabilidades de terceiros	58
3.5.1. Dívidas de terceiros	58
3.5.2. Dívidas a terceiros	59
3.6. Rendimentos do exercício	60
3.7. Gastos do exercício.....	61
3.8. Resultados do exercício	63
4. Proposta de aplicação de resultados	64
5. Nota final	65
BALANÇO	66
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	68
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS	70
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	72
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	74
BALANCETE ANALÍTICO DA CONTABILIDADE GERAL– DEZEMBRO 2011	98

"Há cada vez mais pessoas que não estão satisfeitas com o mundo em que vivemos. Raras são, porém, aquelas que fazem alguma coisa para o transformar."

José Mattoso

A instituição escolar e os professores (a educação) constituem "a corporação mais necessária, mais esforçada e generosa, mais civilizadora de quantos trabalham para satisfazer as necessidades de um Estado democrático."

F. Savater

a Educação e a Formação proporcionam ao indivíduo "o exercício da liberdade do pensar, do aprender e do tornar-se cidadão enquanto ser humano pleno e íntegro, numa sociedade livre... a escola deve ser o lugar da saída da ignorância e da opressão, em ordem ao progresso e à realização plena do ser humano."

Anselmo Borges

A Fundação Alentejo, enquanto instituição aberta aos desafios do desenvolvimento do território de intervenção, pela qualificação dos recursos humanos, continuou a traduzir em respostas as necessidades emergentes desses desafios, ao longo de 2011.

Como resulta da leitura do presente relatório, a intervenção da Fundação, à semelhança dos anos anteriores, foi objecto das adaptações impostas pela conjuntura e pelas dinâmicas do território, sem perder de vista a missão que chamou a si e as opções estratégicas previamente assumidas. Ao logo do ano, verificou-se a necessidade de assumir algumas opções novas, designadamente em sede de candidaturas em cada umas valências bem como a necessidade de integrar novas abordagens que foram sendo impostas externamente. Entre estas conta-se a adaptação da gestão financeira da medida 1 do POPH (Cursos Profissionais/ EPRAL), ao novo modelo de financiamento com base nos custos unitários.

Igualmente relevante foi a clarificação definitiva da nossa condição de entidade adjudicante ao abrigo do CCP – Código da Contratação Pública e das responsabilidades daí decorrentes. Neste capítulo, refira-se o esforço que tem vindo a ser feito para disponibilizar de forma crescente, com recurso às páginas on-line da Fundação, da informação relevante sobre a organização, nas suas múltiplas vertentes.

Contudo se tivermos de sinalizar um facto que seja a marca indelével de 2011 na história da Fundação Alentejo ele é, sem dúvida, a abertura da nova valência orientada para as crianças, o Colégio Fundação Alentejo. Investimento muito significativo, quer no plano estratégico, quer no plano financeiro, o Colégio veio alargar o Campus Escolar da Fundação Alentejo, em Évora, reforçando a sua condição de instituição incontornável do sistema de educação e formação na nossa cidade e região.

Para além desse facto, de relevo, que mobilizou muito do esforço da entidade, ao longo de todo o exercício de 2011, muitas foram as frentes em que os recursos humanos da Fundação se viram envolvidos, quer na formação inicial de jovens, quer na formação e qualificação de adultos, quer na gestão administrativa e financeira das acções, e de tudo isso se dá conta neste instrumento de gestão.

Sendo uma entidade que goza das prerrogativas das pessoas de utilidade pública e, simultaneamente uma IPSS – instituição particular de solidariedade social, do campo da Educação (Portaria 860/91), a Fundação cumpre um serviço de interesse público, orientado para a resolução de problemas da comunidade em que está inserida, pelo que a sua acção deve ser articulada e coerente com as políticas públicas para o seu sector de actividade.

De alguma forma, a Fundação concretiza respostas em áreas de competência tradicional do Estado, procurando fazê-lo de uma forma eficaz e tempestiva, próxima dos destinatários, orientadas para as necessidades concretas das pessoas e da região, mas coerentes com as grandes linhas estratégicas que servem o desenvolvimento nacional, como resulta evidente de um leitura que propomos do excerto do Programa do Governo de Portugal, em anexo.

Fernanda Ramos

“ O DESAFIO DO FUTURO

Educação Ensino Pré-Escolar, Básico e Secundário

A Educação é uma área que determina, de forma indelével, o nosso futuro colectivo... A necessidade de melhorar a qualidade do que se ensina e do que se aprende, com vista à concretização de metas definidas, assenta na definição de uma estratégia que permita a criação de consensos alargados em torno das grandes opções de política educativa. Para o conseguir, é fundamental estabelecer um clima de estabilidade e de confiança nas escolas...

Objectivos estratégicos

A actual situação do sistema de ensino em Portugal exige que se definam objectivos claros para responder aos desafios actuais...

- Construir uma visão estratégica para um sistema educativo que permita cumprir as metas assumidas no Programa 2015-2020;...
- Desenvolver progressivamente iniciativas de liberdade de escolha para as famílias em relação à oferta disponível, considerando os estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo;...

Medidas

Com o propósito de criar uma cultura de transparência orientada para resultados, e dada a actual situação, o Governo tomará as seguintes medidas:

- Definição de metas para a redução do abandono escolar, melhoria do sucesso escolar em cada ciclo e aumento da empregabilidade dos jovens, associando estas metas a princípios de rigor na avaliação, de exigência nas provas e de mérito nos resultados;...
- Reestruturação do Programa Novas Oportunidades com vista à sua melhoria em termos de valorização do capital humano dos Portugueses...

Gestão descentralizada da rede de estabelecimentos de ensino

Neste domínio, importa assegurar uma maior articulação e cooperação entre a oferta de ensino pública e privada, visando potenciar a sua complementaridade. Essa cooperação e articulação serão concretizadas em torno do objectivo de qualificação e de racionalização do serviço público de educação com o melhor aproveitamento possível dos recursos existente, através das seguintes medidas:

- Defesa da política de contratos de associação com estabelecimentos de ensino particular e cooperativo que prestam serviço público de ensino em regime de contrato com o Estado;
- Concessão de estabilidade jurídica e equidade económica ao modelo de financiamento dos contratos de associação e contratos simples com o ensino particular e cooperativo;...

Desenvolver e aperfeiçoar o ensino pré-escolar

- Continuar a alargar a rede pré-escolar que constitui um factor de equidade no progresso educativo dos alunos;
- Apostar na articulação entre o ensino pré-escolar e o ensino básico;

Apostar fortemente no ensino técnico e na formação profissional

- No ensino secundário, a grande aposta deve incidir num sistema de formação dual que articule a formação teórica das escolas profissionais com a formação prática nas empresas;
- As empresas devem ser incentivadas a apoiar os perfis profissionais, devendo também ser chamadas a ajudar a execução da formação prática, assim facilitando a transição para o mercado de trabalho;...”

1. RECURSOS HUMANOS

Uma organização que assume como objecto a Educação, a Formação e a Valorização dos recursos humanos, como é o caso da Fundação Alentejo, tem, na política dos seus recursos humanos, um dos seus desafios mais relevantes e mais determinantes do sucesso no cumprimento da sua missão e na concretização dos seus objectivos. Desta forma, à semelhança dos ciclos anteriores, a Fundação, em 2011, continuou a valorizar e promover a estabilidade dos seus quadros técnicos – formadores e outros – bem como a privilegiar a dedicação exclusiva como norma da relação contratual.

Verifica-se, contudo, que a natureza da sua actividade – a formação – e os ciclos a que ela está sujeita – anos lectivos, não coincidentes com ano civil -, continua a determinar uma variação anual do volume e diversidade de recursos humanos, quer aqueles que se encontram envolvidos em cada uma das suas diferentes valências, quer no conjunto da organização.

No presente ano, essa variação foi significativa, dentro de cada uma das valências, ainda que, no conjunto da instituição, pela entrada em funcionamento da nova valência – o Colégio Fundação Alentejo – o seu volume não tenha tido uma alteração significativa, com um crescimento de apenas 3,4% (os 175 trabalhadores existentes em 2011 passaram para 181, em 2012).

À semelhança dos Relatórios anteriores, para efeitos do presente Relatório consideram-se os dados apurados a Dezembro do respectivo ano, tal como é considerado para o Balanço Social do ano, que é submetido ao GEPE, em cada ano civil.

Assim, a Fundação Alentejo contava como se disse, em 2011, com 181 colaboradores (com flutuação ao longo do ano, numa média anual de 155), no conjunto dos seus pólos e valências. Conforme quadro abaixo, pode-se confirmar um ligeiro reforço do peso do sexo feminino (70% em 2010 e 74% em 2011) no conjunto dos recursos humanos da FA. Este reforço não é estranho à entrada em funcionamento, em Setembro de 2011, do Colégio, no qual, pela natureza do seu público/utentes o peso das Mulheres é dominante (32 mulheres em 34 trabalhadores). Deve-se, também a este reforço, o crescimento da rubrica “Gasto com o pessoal” a qual passou dos 3.170.183,00, em 2010, para os 3.308.756,00 € executados em 2011.

O Pólo sede (Évora) é aquele que mantém o maior número de colaboradores, já que, para além da expressão acrescida das suas respostas, concentra os serviços centrais, num total 102 (56%) dos 181 colaboradores da Fundação, se considerarmos as valências já consolidadas, e 136 (75%), se entrarmos em linha da conta com o novo estabelecimento que foi acrescentado ao Campus escolar da Fundação, na cidade de Évora.

Refira-se que algum destes trabalhadores – do corpo docente – ainda que a sua actividade decorra, predominantemente, em Évora, colaboram, pontualmente, nos pólos de Estremoz e Elvas.

Recursos Humanos da Fundação Alentejo - 2011

- Pólo e Sexo

Pólo	Homens	Mulheres	Total
Évora	32	70	102
Estremoz	9	15	24
Elvas	4	17	21
Colégio	2	32	34
TOTAL	47	134	181
	26%	74%	

Fonte: FA/ DSA – Dez2011

Os valores (masculino/feminino e Évora/ pólos) anteriormente referidos compreendem-se facilmente e são coerentes com o peso relativo de cada um dos pólos, bem como com os dados nacionais referentes aos profissionais envolvidos no sector da educação que, crescentemente, é assumido pelo sexo feminino.

1.1. Recursos Humanos/ Valências

Ao considerarmos as diferentes valências, constata-se, conforme quadro abaixo, que a EPRAL é a valência que ocupa o maior número de recursos humanos, com uma percentagem de 64% (115 em 181). Contudo, como se referiu anteriormente, estes recursos também apoiam, subsidiariamente, a valência da Formação de Adultos, principalmente, mas não só, no que se refere aos 78 docentes, os quais, na sua generalidade, assumem, a par do seu envolvimento na actividade docente da EPRAL – actividade predominante e principal -, uma percentagem variável de carga lectiva (entre os 15 e os 10 %) na Formação de Adultos.

Conforme quadro abaixo, 33 dos 48 formadores e mediadores envolvidos na formação de adultos, partilharam essa sua intervenção com o desempenho na formação inicial/EPRAL. Esta realidade decorre da necessidade, iniciada em ano anterior e aprofundada no ano civil de 2011, de racionalização dos recursos humanos docentes, pela disponibilização de uma carga horária lectiva por formador que se aproxime do “horário completo”, conforme é entendido no Estatuto tido como referência (Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo), sendo o respectivo custo objecto da necessária imputação proporcional.

Recursos Humanos da Fundação Alentejo – 2011

- EPRAL – 2011

Função	EPRAL			
	Évora	Estremoz	Elvas	Total
Não Formadores	42	9	7	58
Formadores	38	15	4	57
TOTAL	80	24	11	115
%	70	20	10	

Fonte: FA/DISA – Dez.2011

Considerando os dados dos trabalhadores maioritariamente afectos à EPRAL, verifica-se que, do ano lectivo de 2010/2011 para o ano lectivo de 2011/2012 (considerado a Dezembro de 2011, conforme quadro acima), houve uma redução muito significativa do seu volume, no que respeita ao corpo docente, em consequência da necessidade de ajustamento à redução do nº de turmas/pólo apresentada e justificada no capítulo respectivo.

Comparação – 2010/2011

- EPRAL

Função	EPRAL							
	Évora		Estremoz		Elvas		Total	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
Não Formadores	41	42	9	9	7	7	57	58
Formadores	47	38	15	15	16	4	78	57
TOTAL	88	80	24	24	23	11	135	115

Fonte: FA/DISA – Dez.2011

Assim, conforme quadro acima, se no caso dos não formadores houve um aumento insignificante (1 em 57), verificado no pólo de Évora, no corpo houve uma redução de 21 efectivos o que corresponde a 26%, com uma expressão mais significativa em Elvas, pelas razões aludidas anteriormente. Refira-se que, ao longo do ano lectivo, já em 2012 (de Janeiro a Agosto) haverá, contudo, o recurso a algumas contratações pontuais de formadores para módulos e componentes específicas. Em contrapartida, os 57 docentes com contrato em

Dezembro de 2011 apresentam um grau de envolvimento complementar à sua actividade de base, na formação de adultos, superior àquele que se registava em igual período do ano anterior.

Refira-se que, esta redução/ajustamento, se verificou quer pela não celebração de novos contratos a alguns formadores com contrato a termo certo, por não existência de horário que o justificasse, como pela caducidade, por razão superveniente (perda da habilitação profissional legislativa e consequente imposição da tutela) de 5 formadores/docentes com contratos de trabalho sem termo e, ainda, da saída voluntária para a Escola Pública de 2 outros formadores com esse tipo de vínculo.

- Formação de Adultos(EFA e UFCD) - Évora, Estremoz e de Elvas – 2011

Função	EFA/FMC Évora/Elvas
Coordenador	1
Mediador contratado em regime de exclusividade	1
Formador contratado em regime de exclusividade	7
Formador partilhado com a formação inicial	51
Total	60

Fonte: DSA – Dez.2011

Este acréscimo, de 48 para 60 docentes/mediadores envolvidos, deve-se ao facto do alargamento muito significativo da oferta das Unidades Modulares Certificadas (de curta duração), pelo que o nível de envolvimento de cada um desses 60 formadores partilhados é muito variável, indo das 25 às 450 horas.

Os CNO, por força do enquadramento legal imposto pela ANQ e pela própria natureza da sua intervenção, possuem um conjunto de recursos humanos que são exclusivos dessa valência, com uma equipa que decorre do patamar (metas) a que cada um desses Centros se propõe em sede de candidatura. Assim o CNO de Évora, pelas metas assumidas têm um quadro de pessoal que, no ano de 2011 ascendeu a 14 colaboradores, enquanto o CNO de Elvas apenas foi suportado por uma equipa de 9 colaboradores, tal como já tinha acontecido no ano anterior, tanto mais quanto a candidatura que suporta a referida valência é plurianual (2010 e 2011), como se referiu oportunamente.

Recursos Humanos da Fundação Alentejo - 2011

- CNO de Évora e de Elvas – 2011

Função	CNO Évora	CNO Elvas	Total
Coordenador	1	1	2
Administrativo	2	1	3
Téc. Acolhimento	2	1	3
Profissionais RVCC	4	2	6
Formadores	5	4	9
Total	14	9	24

Fonte: DSA – Dez.2011

Em ambos os casos e por força do enquadramento legal, a Direcção dos Centros é assumida pela Presidente da Entidade Proprietária.

Finalmente, a nova valência inaugurada em Setembro de 2011, conta em Dezembro de 2011 com um corpo de recursos humanos que ascende aos 34, como se disse, maioritariamente femininos (32 em 34). Estes recursos humanos, pela natureza da valência e dos seus utentes, e consequente exigência habilitacional, encontram-se vinculados em regime de dedicação exclusiva.

Recursos Humanos da Fundação Alentejo – 2011

- Colégio Fundação Alentejo – 2011

Função	Total
Directora Executiva	1
Professores	2
Educadores	6
Auxiliares de Educação	9
Médico (1)	1
Nutricionista (1)	1
Enfermeiro (1)	1
Técnico Pedagogia	1
Administrativo	2
Prefeito	1
Cozinheiro	1
Técnico de Restauração	2
Auxiliar de Limpeza	6
Total	34

(1) Prestação de serviço

Fonte: DSA – Dez2011

Apesar do Colégio ter sido inaugurado, ou melhor, ter iniciado a sua actividade em Setembro de 2011, o corpo docente e restantes colaboradores foram sendo contratados ao longo do ano, de forma gradual e em função das dinâmicas de preparação e desenvolvimento deste projecto específico, como se refere anteriormente.

Tenha-se em conta o recurso complementar às medidas de apoio à contratação – estágios profissionais de quadros superiores/docentes e quadros intermédios/auxiliares – assumida nesta fase inicial, sendo que o núcleo duro deste “quadro de pessoal” é composto por profissionais com sólido currículo e experiência confirmada. No caso dos quadros intermédios, foi dada preferência a Técnicos Intermédios Altamente Qualificados diplomados na EPRAL, quer no que respeita às auxiliares/apoio à infância, quer nos restantes funções intermédias (restauração/ administrativo/informático).

1.2. – Recursos Humanos/ Categorias e funções

A distribuição dos recursos humanos da Fundação por categorias/funções, conforme quadro abaixo, demonstra que há um peso maior, ainda que relativamente equilibrado, das funções docentes (55% do total), sendo as funções não docentes assumidas pelos restantes 45%, nos quais o pessoal auxiliar e de manutenção é o grupo mais relevante, imediatamente seguido pelos administrativos. Refira-se que, apesar dos serviços administrativos e financeiros da Fundação estarem centralizados em Évora, não pode deixar de existir, em cada pólo, pessoal administrativo de apoio às respectivas DTP e de articulação entre os serviços centrais e os utentes locais. A abertura da nova valência, pelas exigências ao nível de pessoal não docente/auxiliar, veio reforçar o peso relativo destes no conjunto dos recursos humanos da instituição, passando dos 41% do ano anterior para os actuais 45%.

Na categoria/função “Pessoal Não docente/Dirigentes” são referidos exclusivamente os quadros superiores que exercem esse tipo de funções com vínculo contratual (como dependente), com a Fundação. Queremos com isto dizer que neste quadro não se consideram os membros do Conselho de Administração da Fundação Alentejo e demais órgãos sociais, os quais exercem a respectiva função em regime de voluntariado absoluto.

Recursos Humanos da Fundação Alentejo - 2011

- Categoria Profissional/ Função

Tipo	Funções	Total	
Pessoal Não Docente	Dirigentes	6	55%
	Téc. Superiores	22	
	Administrativos	26	
	Auxiliares Educativos /Manutenção	45	
Subtotal		99	
Pessoal Docente	EPRAL	82	45%
	CNO		
	Qualificação de Adultos		
	Colégio		
TOTAL		181	

Fonte: DSA – Dez.2011

Considerando o primado da estabilidade e dedicação dos recursos humanos aos projectos educativos que suportam cada uma das valências da Fundação Alentejo, podemos constatar que, em 2011, continua a verificar-se uma clara opção por esse princípio, dado que, conforme quadro abaixo, dos 99 colaboradores não docentes, 61% mantêm um vínculo contratual sem termo e, se a estes acrescentarmos os que mantêm um contrato de trabalho a termo (igualmente estável e com dedicação exclusiva, essa percentagem ascende aos 83%.

Neste conjunto de colaboradores o peso do sexo feminino é, substancialmente, mais elevado do que no conjunto dos recursos humanos, dado que ascende a 86%, reproduzindo um fenómeno que é comum à generalidade dos estabelecidos de ensino, em Portugal.

Recursos Humanos da Fundação Alentejo – 2011

- Vínculo Contratual – Pessoal Não Docente

Vínculo Contratual	Homens	Mulheres	Total	
Contrato Individual	10	50	60	83%
C. Termo Certo	2	20	22	
C. Prestação Serviços	0	2	2	17%
Outras Situações: Emprego Protegido/Estágio Profissional	2	13	15	
TOTAL	14	85	99	
%	14	86		

Fonte: DSA – Dez.2011

O primado da estabilidade e dedicação dos recursos humanos docentes não só se impõe numa instituição como a Fundação Alentejo como é, igualmente, um facto e dela decorre, como é reconhecido interna e externamente, aos níveis de eficácia interna dos projectos educativos/valências da Fundação Alentejo.

Conforme o respectivo quadro, 82% dos formadores encontram-se em dedicação exclusiva (existem 4 casos de contrato a termo certo a tempo parcial/meio tempo), sendo que destes mais de 40% são formadores permanentes, com vínculo sem termo à entidade, constituindo um imenso núcleo duro que assume o quotidiano do desenvolvimento do projecto educativo em que está envolvido e promove a integração dos restantes colaboradores.

O número significativo de formadores a termo certo, decorre da necessidade de ajustamento anual às diferentes ofertas formativa, ou seja, prevalecendo a opção pela dedicação exclusiva, torna-se necessário reconfigurar, em cada novo ano lectivo, parte dos recursos humanos docentes, principalmente nas componentes técnicas.

É igualmente sobre este elevado número de profissionais fortemente entrosados na cultura da entidade e nas suas opções pedagógicas e organizativas que recai a atribuição das funções de gestão pedagógica intermédia (orientadores Educativos, Responsáveis de Curso, Mediadores...) aos quais se deve a riqueza e consistência das interacções regulares entre a Fundação, as famílias e as empresas e instituições.

Recursos Humanos da Fundação Alentejo – 2011

- Vínculo Contratual – Pessoal Docente

Vínculo Contratual	Homens	Mulheres	Total	
Contrato Individual	15	20	35*	82%
C. Termo Certo	11	21	32	
C. Prestação Serviços	7	6	13	18%
Outras Situações: Estágio Profissional	0	2	2	
TOTAL	33	49	82	
%	40	60		

* Inclui a Direção: DG/SG/DTP Évora/DTP Estremoz-Elvas

Fonte: DSA – Dez.2011

Esta opção da Fundação, quer na EPRAL quer nas restantes valências, é não só percebido pelos utentes, como é altamente valorizada. Nas avaliações da reacção dos utentes, nas diferentes valências, este aspecto da dedicação exclusiva/disponibilidade permanente, a par do domínio dos assuntos e da qualidade das práticas pedagógicas, continua a ser avaliado nos patamares do Bom e Muito Bom por mais de 90% dos inquiridos.

O Pessoal docente da Fundação é, igualmente, maioritariamente feminino (60 %), designadamente nas componentes socioculturais e científicas, enquanto que os recursos humanos masculinos, docentes, estão envolvidos maioritariamente nas componente técnicas das diferentes acções/tipologias.

Como se referiu anteriormente houve uma redução do nº de docentes, designadamente no quadro da EPRAL. Esta redução/ajustamento verificou-se quer pela não celebração de novos contratos a alguns formadores com contrato a termo certo, por não existência de horário que o justificasse, como pela caducidade, por razão superveniente (perda da habilitação profissional legislativa e consequente imposição da tutela) de 5 formadores/docentes com contratos de trabalho sem termo e, ainda, da saída voluntária para a Escola Pública de outros formadores com esse tipo de vínculo.

Dos 5 formadores que saíram por caducidade, por razão superveniente, dos respectivos contratos sem termo, 3 três deles apresentaram processo em Tribunal de Trabalho, processos esses que se encontram em curso e que impuseram a necessidade de constituição de Advogado da Fundação e a criação de uma provisão específica em sede de orçamento. A estes juntou-se um outro formador que, tendo saído por sua iniciativa apresentou, igualmente, recurso em sede de Tribunal de Trabalho, por discordar do método de resolução do referido contrato (vulgo, acerto de contas). Assim, nos "Gastos do Exercício" verifica-se o lançamento de uma provisão de 106.762,00 €, o que corresponde a um acréscimo de mais de 95.000 € sobre aquela que vinha sendo lançada por compromissos fixados em anos anteriores, designadamente dos decorrentes do acidente de trabalho que se registou em 2008.

1.3. Recursos Humanos/ Formação

Como se refere oportunamente, em cada uma das valências, houve uma atenção especial à formação dos recursos humanos, não só pela assumida e deliberada promoção de uma cultura interna de auto-formação, formação *on-job* e pela reflexão partilhada, enquanto prática relevante numa organização orientada para a formação e com um uma massa crítica interna tão qualificada quanto motivada para estas dinâmicas, mas pela organização de algumas acções de formação estruturadas internas, ainda, pela política de promoção da frequência de acções, por iniciativa da entidade e de autorização de outras, por solicitação do colaborador.

Assim, ao longo de 2011, considerando as acções estruturadas frequentadas pelos colaboradores da Fundação Alentejo, podemos referir que elas ascenderam a 1057 horas, quase exclusivamente em horário laboral, com a necessária dispensa das actividades a que cada estava afecto. Estas, como se referiu, foram complementadas por 1750 horas de práticas de formação *on-job*.

No campo da formação interna, e tendo presente o estipulado no Código do Trabalho, foi efectuado pelos serviços centrais da Fundação, mediante questionário de interesses/necessidades sentidas, passado a todos os não docentes, um levantamento de suporte à estruturação de formação interna relevante e direccionada para uma melhoria efectiva do desempenho e realização profissional dos nossos trabalhadores não docentes, os quais, naturalmente têm uma prática menos consolidada no que respeita ao acesso às modalidades supra referidas.

Em consequência deste trabalho encontram-se estruturadas e em fase de iniciação acções de formação, com duração média de 25 horas, predominantemente em horário laboral, nas seguintes áreas:

- Higiene e Segurança no Trabalho;
- Técnicas de Atendimento;
- Ferramentas Informáticas;
- Língua Estrangeira/ Inglês
- Comportamentos Aditivos (prevenção e despistagem).

Estas acções decorrerão maioritariamente em Évora e, algumas delas, serão replicadas nos pólos de Estremoz/Elvas.

2. BALANÇO DE ACTIVIDADES – VALÊNCIAS

2.1. EPRAL - FORMAÇÃO INICIAL DE JOVENS

2.1.1 Dinâmica de frequência e constituição de turmas

A formação inicial de jovens, no quadro da EPRAL, continua a ser, em 2011, a resposta mais significativa da Fundação Alentejo, como já acontecia em ciclos anteriores, com o maior número de utentes em formação ao longo do ano (*full-time*), envolvendo a maioria dos recursos humanos, como se referiu anteriormente, bem como mobilizando a maioria dos recursos técnicos e logísticos da Fundação. De igual forma, continua a ser a referência mais sólida da instituição, quer em Évora, quer no restante território de intervenção o qual continuou a ser servido, em 2011, pelos pólos de Évora, Estremoz e Elvas.

Contudo, em 2011, no primeiro trimestre, em sede de candidatura para o novo ciclo de formação (2011/2012) a Fundação Alentejo viu-se confrontada com a necessidade de tomar uma decisão que, de alguma forma, irá alterar no próximo ano lectivo de 2012/2013 esta realidade dos três pólos, dado que, pela primeira vez, desde 1991, não foi candidata qualquer turma para o pólo de Elvas. Esta decisão decorre da situação específica da cidade de Elvas, com uma redução muito significativa da população escolar pós 9º ano de escolaridade, bem como da nova conjuntura nacional. Esta decisão, com impacto no número de turmas e de formandos não só em Elvas, mas também no conjunto da escola, foi secundada pela manutenção da decisão tomada em ciclo anterior, de não candidatura de turmas de CEF – Cursos de Educação e Formação, de nível II, por se manterem as razões que suportaram a tomada de decisão no ano de 2010.

Assim, para além do caso concreto de Elvas, o essencial da diminuição absoluta do nº. de turmas e de formandos, no global da escola, deve-se ao aumento da oferta de cursos profissionais na generalidade das escolas estatais da região e às alterações verificadas na tipologia e nos critérios de acesso a apoios financeiros no âmbito do POPH (alteração do modelo de subsidiação do alojamento dos jovens, com forte redução na sua atribuição) condicionando a mobilidade dos jovens e, por consequência, as opções das famílias quanto às escolas e cursos profissionais que os seus educandos pretendem frequentar. No quadro abaixo é visível a redução do número de formandos aos quais foi concedido apoio ao alojamento, em função das regras mais restritas aplicadas a partir de Dezembro de 2010 e com maior impacto nos formandos que integraram o 1º ano no ano lectivo iniciado em Setembro de 2011.

Alojamento concedidos em 2011/2012 (POPH)

Ano	Nº de Formandos	Alojamentos	%
1º ano	188	37	19
2º ano	196	47	24
3º ano	225	69	31

Para este cenário, concorre igualmente uma rede escolar que, em nosso entender, não traduz uma boa articulação e aproveitamento de potencialidades, experiências e recursos educativos instalados, designadamente no ensino profissional, sobrepondo, não em raros casos, a oferta de cursos profissionais sem atender aos respectivos contextos de formação.

Pese embora a realidade *externa*, a sustentabilidade do nosso projecto educativo, exige-nos um esforço maior na captação de estudantes, não apenas através do reforço das acções de divulgação e marketing, mas também pela afirmação e reconhecimento junto da comunidade da qualidade de processos formativos e de resultados escolares.

Nos quadros abaixo pode-se observar a evolução sofrida em 2011, considerando os dois anos lectivos e dois “momentos” recolha de informação (Janeiro de 2011 / ano lectivo de 2010/2011 e Dezembro de 2011 / ano lectivo de 2011/2012), por pólo e no conjunto da escola. Desta forma, ao longo de 2011, de Julho (fim de um ano lectivo e de um ciclo de formação) para Setembro (início do novo ano lectivo e entrada do novo ciclo de formação), registou-se, no conjunto da escola uma redução de 17,5 % das turmas (das 40 existentes, passou-se para 33) a que correspondeu uma redução de formandos da ordem dos 21,3%, resultado do impacto da não abertura em Elvas, mas também da redução em 1 turma no pólo de Évora e 2 turmas no pólo de Estremoz. Esta redução é responsável pela contracção da rubrica “Encargos com formandos”, a qual passou dos 1.691.979,00 € em 2010, para os 1.567.018,00 €, em 2011.

Formandos/Cursos Profissionais - 2011

Janeiro a Julho – Ano Lectivo 2010/2011

1 – Total de alunos e turmas, por ano e pólo

EPRAL	1º Ano		2º Ano		3º Ano		TOTAL	
	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas
Évora	210	9	164	8	201	10	575	27
Estremoz	32	2	47	3	46	3	125	8
Elvas	14	1	29	2	31	2	74	5
TOTAL	256	12	240	13	278	15	774	40

Fonte: EPRAL – DSA – Janeiro 2011

Setembro a Dezembro – Ano Lectivo 2011/2012

2 – Total de formandos/alunos e turmas, por ano e pólo

EPRAL	1º Ano		2º Ano		3º Ano		TOTAL	
	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas
Évora	162	7	167	9	156	8	485	24
Estremoz	26	1	19	2	44	3	89	6
Elvas	-	-	10	1	25	2	35	3
TOTAL	188	8	196	12	225	13	609	33

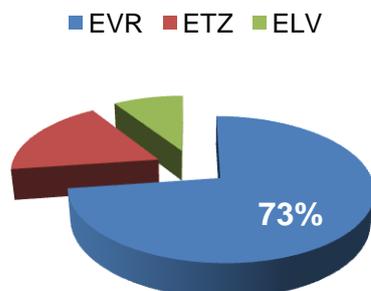
Fonte: EPRAL – DSA – Dezembro 2011

No final do ano lectivo de 2010-2011, considerando o seu final (Julho/2011), a população escolar da EPRAL era constituída por 736 formandos, repartidos pelos Pólos de Évora (541), Estremoz (127) e Elvas (68), organizados em 40 grupos-turma (27 no Pólo de Évora, 8 no Pólo de Estremoz e 5 no Pólo de Elvas).

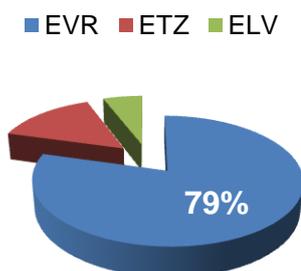
No início do ano lectivo de 2011-2012, aliás em Novembro de 2011, estavam matriculados 622 formandos (-114), repartidos pelos Pólos de Évora (494), Estremoz (92) e Elvas (36), organizados em 33 grupos-turma (24 no Pólo de Évora, 6 no Pólo de Estremoz e 3 no Pólo de Elvas).

Em termos gráficos, o peso relativo de cada um dos pólos, ao longo do ano de 2011 evolui da seguinte forma:

Ano Letivo 2011-12
Distribuição relativa de turmas/Polo



Ano Letivo 2011-12
Distribuição relativa de alunos/Polo

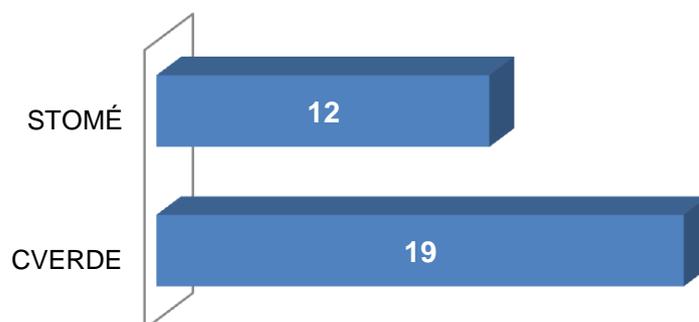


Embora com uma diminuição efectiva ao longo do tempo, o acolhimento de jovens estudantes oriundos dos PALOP (concretamente da República de Cabo-verde e da República de São Tomé e Príncipe), continua a marcar o dia-a-dia da nossa escola profissional, contribuindo para a sua matriz multicultural e integradora.

Actualmente frequentam a EPRAL 31 jovens Cabo-Verdianos (12) e São-Tomenses (19), beneficiando do quadro de cooperação estabelecido entre a Fundação Alentejo/EPRAL e os departamentos de educação e juventude dos respectivos Governos.

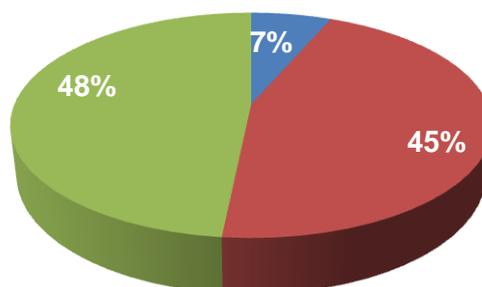
A maior concentração de estudantes PALOP ocorre no Pólo de Évora, com 18 jovens (12 de Cabo-Verde e 6 de São Tomé e Príncipe), sendo que os naturais de São Tomé e Príncipe têm maior expressão no 3.º Ano de formação (15 jovens) e se distribuem de forma relativamente homogénea pelos 3 Pólos da EPRAL.

Distribuição dos formandos "PALOP" atendendo à sua nacionalidade



Alunos "PALOP" distribuição relativa por ano curricular de formação

■ 1.º ■ 2.º ■ 3.º



2.1.2. Conclusão de curso/PAP - Ciclo de formação 2008-2011

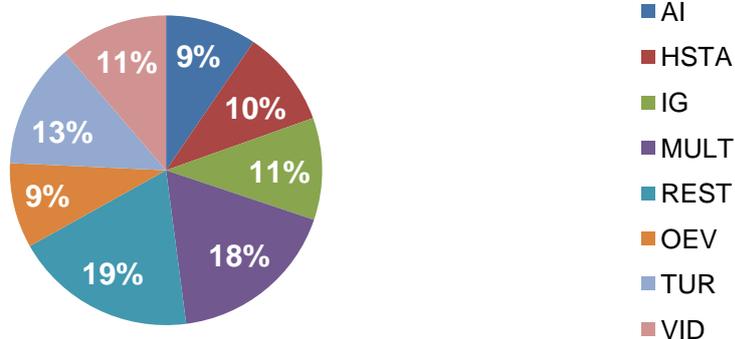
No final do ciclo de formação 2008-2011, encontravam-se matriculados, no Pólo de Évora da EPRAL, 196 formandos. Foram apresentadas 183 *provas de aptidão profissional*. Concluíram integralmente a formação 169 jovens, correspondendo este número a uma taxa de sucesso da ordem dos 86%. Em termos relativos, saliente-se o sucesso absoluto obtido no Curso Profissional de Técnico de Organização de Eventos (100%). A melhor prestação média, isto é a melhor notação média obtida nesta *prova*, foi de 17,5 valores, no Curso Profissional de Técnico de Restauração, embora também a este curso profissional tenha correspondido a taxa de sucesso mais baixa, 80%.

Pólo de Évora

Curso Profissional (12º. Ano – Nível 4)	Alunos				
	Matriculados no 3º. Ano	Apresentaram PAP	Notação média da PAP*	Concluíram	Tx. Conclusão
APOIO À INFÂNCIA	18	17	16,8	16	88,9%
HIGIENE SEGURANÇA DO TRABALHO E AMBIENTE	21	21	15,9	17	81,0%
INFORMÁTICA DE GESTÃO	22	20	15,0	18	81,8%
MULTIMÉDIA (2 turmas)	37	35	16,2	30	81,1%
ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS	15	15	16,9	15	100%
RESTAURAÇÃO (2 turmas)	40	37	17,5	32	80,0%
TURISMO	23	23	16,4	22	95,7%
VÍDEO	20	20	16,9	19	95,0%
Totais	196	183		169	86,2%

**Prova de Aptidão Profissional*

Distribuição dos Diplomados/ conclusão de Curso 2008-2011 Pólo de Évora



Distribuição relativa dos diplomados/curso profissional

Como entidades externas, integrando os **Júris de Avaliação das Provas de Aptidão Profissional**, estiveram representadas, respectivamente:

Apoio à Infância

Câmara Municipal de Évora (Divisão Socioeducativa)

Universidade de Évora (Deptº. de Pedagogia)

Higiene e Segurança do Trabalho e Ambiente

AECOPS – Asso. de Empresas de Construção e Obras Públicas

ECC – Serviços de Engª. Ambiental e Prevenção Laboral

Informática de Gestão

Universidade de Évora (Serviço de Comutação)

ASSOFT – Assoc. Portuguesa de Software

Multimédia

Universidade de Évora (Projeto Minerva)

Câmara Municipal de Évora (Cultura e Comunicação)

Organização de Eventos

APECARTE – Assoc. Portuguesa de Empresas de Congressos, Animação Turística e Eventos

Câmara Municipal de Évora (Relações Públicas e Protocolo)

Restauração

Turismo de Portugal, IP. (Escola de Hotelaria e Turismo de Portalegre)

AHRESP – Assoc. de Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal

Turismo

Turismo de Portugal, IP. (Escola de Hotelaria e Turismo de Portalegre)

ERT Alentejo – Entidade Regional de Turismo do Alentejo

Vídeo

Universidade de Évora (Cineclube)

Escola Superior Artística do Porto

Pólo de Estremoz

Curso Profissional (12º. Ano – Nível 4)	Alunos				
	Matriculados no 3º. Ano	Apresentaram PAP	Notação média da PAP*	Concluíram	Tx. Conclusão
APOIO À INFÂNCIA	16	14	12,9	14	87,5%
MULTIMÉDIA (turma A)	16	14	14,6	14	87,5%
MULTIMÉDIA (turma B)	15	14	12,3	14	93,3%
Totais	47	42		42	89,4%

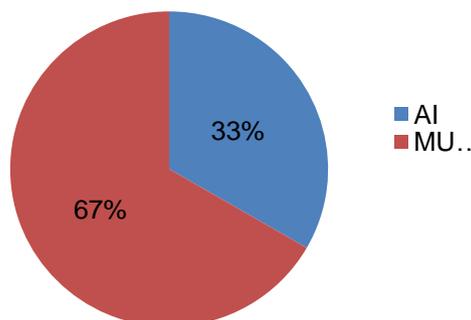
**Prova de Aptidão Profissional*

No final do ciclo de formação 2008-2011, encontravam-se matriculados, no Pólo de Estremoz da EPRAL, 47 formandos. Foram apresentadas 42 *provas de aptidão profissional*. Concluíram integralmente a formação 42 jovens, correspondendo este número a uma taxa de sucesso da ordem dos 89%. A melhor prestação média, isto é a melhor notação média obtida nesta *prova*, foi de 14,6 valores, no Curso Profissional de Técnico de Multimédia (turma A).

Diplomados/ Conclusão de Curso

2008-2011

Pólo de Estremoz



Distribuição relativa dos diplomados/curso profissionais

Como entidades externas, integrando os **Júris de Avaliação das Provas de Aptidão Profissional**, estiveram representadas, respetivamente:

Apoio à Infância

Instituto Politécnico de Portalegre (Escola Superior de Educação)
Câmara Municipal de Estremoz (Divisão Socioeducativa)

Multimédia

Universidade de Évora
Arqui300 - Imagem& Filme 3D

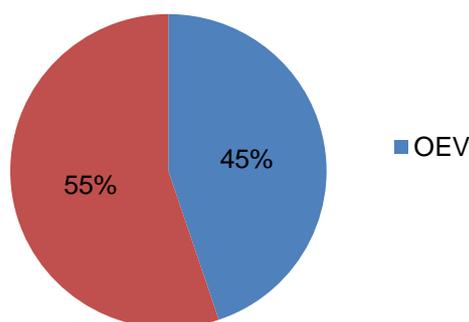
Pólo de Elvas

Curso Profissional (12º. Ano – Nível 4)	Alunos				
	Matriculados no 3º. Ano	Apresentaram PAP	Notação média da PAP*	Concluíram	Tx. Conclusão
MULTIMÉDIA	18	16	12,9	16	88,9%
ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS	13	13	12	13	100%
Totais	31	29		29	94,4%

***Prova de Aptidão Profissional**

No final do ciclo de formação 2008-2011, encontravam-se matriculados, no Polo de Elvas da EPRAL, 31 formandos. Foram apresentadas 29 *provas de aptidão profissional*. Concluíram integralmente a formação 29 jovens, correspondendo este número a uma taxa de sucesso da ordem dos 94%. Em termos relativos, saliente-se o sucesso absoluto obtido no Curso Profissional de Técnico de Organização de Eventos (100%) A melhor prestação média, isto é a melhor notação média obtida nesta *prova*, foi de 12,9 valores, no Curso Profissional de Técnico de Multimédia.

Diplomados/Conclusão de Curso 2008-2011 Polo de Elvas



Distribuição relativa dos diplomados/curso profissional

Como entidades externas, integrando os **Júris de Avaliação das Provas de Aptidão Profissional**, estiveram representadas, respetivamente:

Multimédia

Instituto Politécnico de Portalegre (Escola Superior de Educação)
Arqui300 - Imagem& Filme 3D

Organização de Eventos

Instituto Politécnico de Portalegre (Escola Superior de Tecnologia e Gestão)
Câmara Municipal de Elvas (Divisão Socioeducativa)

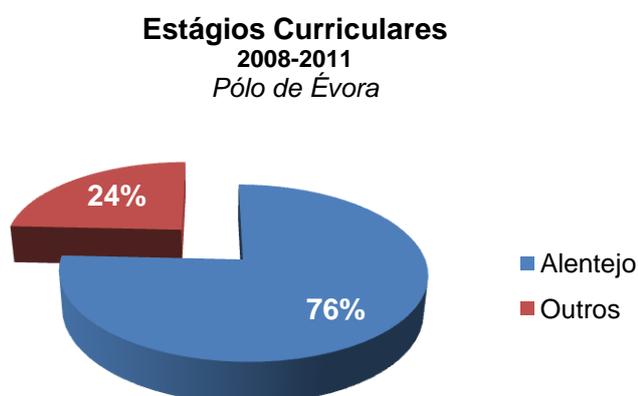
2.1.3. - Formação em contexto real de trabalho (FCT)

Estágios curriculares - Ciclo de formação 2008-2011

Pólo de Évora

A realização dos estágios curriculares dos formandos que frequentaram o ciclo de formação 2008-2011, no Pólo de Évora da EPRAL, envolveu, nos anos lectivos de 2009-2010 e de 2010-2011, 235 entidades maioritariamente localizadas na região Alentejo (75,7%, 178 entidades).

As actividades de formação em contexto real de trabalho, designadamente os estágios curriculares têm constituído um dos elementos-chave na consolidação do nosso projecto educativo junto do tecido produtivo regional e na promoção da empregabilidade dos diplomados. No que concerne ao Pólo de Évora e se considerarmos o n.º total de formandos que frequentaram o 3.º ano de formação neste Pólo (196), à razão de um n.º mínimo de 420 horas de FCT (n.º consagrado nos planos curriculares dos cursos profissionais), concluímos que foram realizadas mais de 82 mil horas de formação em contexto real de trabalho no ciclo de formação. Esta realidade merece que salientemos o esforço e a disponibilidade das empresas em cooperarem com a EPRAL, constituindo-se como agentes formativos cruciais na promoção das competências profissionais dos diplomados.



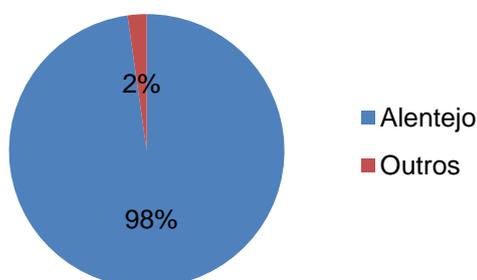
Estágios curriculares – distribuição geográfica relativa das entidades de acolhimento

Pólo de Estremoz

A realização dos estágios curriculares dos formandos que frequentaram o ciclo de formação 2008-2011, no Pólo de Estremoz da EPRAL, envolveu, nos anos lectivos de 2009-2010 e de 2010-2011, 45 entidades maioritariamente localizadas na região Alentejo (98%, 44 entidades).

As actividades de formação em contexto real de trabalho, designadamente os estágios curriculares têm constituído um dos elementos-chave na consolidação do nosso projecto educativo junto do tecido produtivo regional e na promoção da empregabilidade dos diplomados.

Estágios Curriculares
2008-2011
Polo de Estremoz



Estágios curriculares – distribuição geográfica relativa das entidades de acolhimento

Pólo de Elvas

A realização dos estágios curriculares dos formandos que frequentaram o ciclo de formação 2008-2011, no Pólo de Elvas da EPRAL, envolveu, nos anos lectivos de 2009-2010 e de 2010-2011, 30 entidades exclusivamente localizadas na região Alentejo).

As actividades de formação em contexto real de trabalho, designadamente os estágios curriculares têm constituído um dos elementos-chave na consolidação do nosso projecto educativo junto do tecido produtivo regional e na promoção da empregabilidade dos diplomados.

2.1.4. Percurso pós-formação

Ciclo de formação 2008-2011

Pólo de Évora

Curso	EMP ⁽¹⁾	PEST ⁽²⁾
APOIO À INFÂNCIA	38%	0%
HIGIENE SEGURANÇA DO TRABALHO E AMBIENTE	37%	19%
INFORMÁTICA DE GESTÃO	43%	11%
MULTIMÉDIA (2 turmas)	39%	10%
ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS	46%	0%
RESTAURAÇÃO (2 turmas)	53%	27%
TURISMO	25%	25%
VÍDEO	48%	5%

(1) Taxa de empregabilidade

(2) Taxa de prosseguimento de estudos

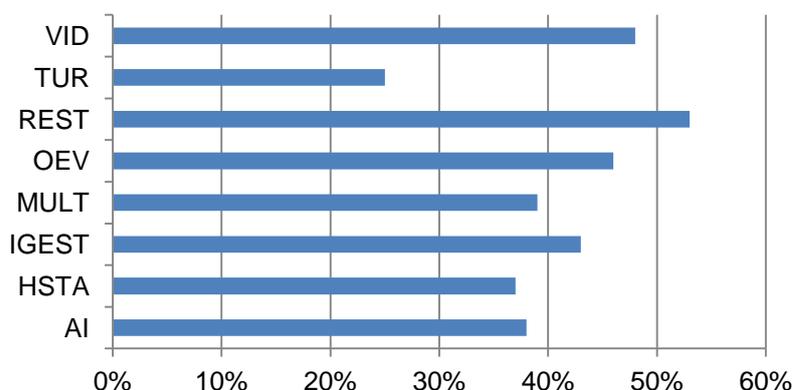
A monitorização do percurso pós-formativo dos diplomados envolve o apuramento da *taxa de empregabilidade* (situação dos diplomados face ao emprego) e da *taxa de prosseguimento de estudos* (situação dos diplomados face ao prosseguimento de estudos de nível superior).

Num contexto socioeconómico caracterizado, em traços muito gerais, por um ambiente recessivo nos mercados de trabalho e emprego - e embora reflectindo dados cujo apuramento ocorreu decorridos cerca de 3 meses após a conclusão do ciclo de formação (Novembro/2011) - os indicadores plasmados na tabela supra permitem-nos verificar que os nossos diplomados conseguiram alguma penetração no mercado de trabalho, com um valor médio acima dos 40%, com destaque para a área de restauração e acederam a estudos superiores (destaque também para a área de restauração), com um valor médio da ordem dos 12%.

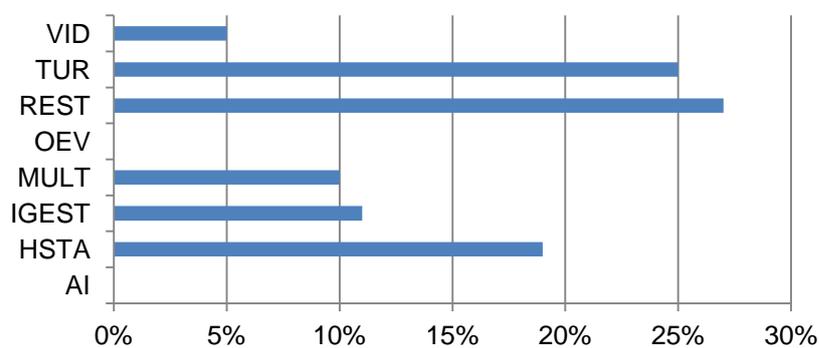
Taxa de empregabilidade

Ciclo de formação 2008-2011

Pólo de Évora



Taxa de prosseguimento de estudos
Ciclo de formação 2008-2011
Pólo de Évora



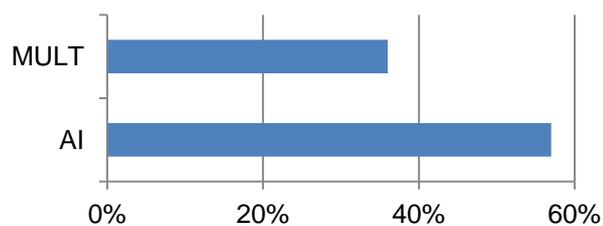
Pólo de Estremoz

Curso	EMP ⁽¹⁾	PEST ⁽²⁾
APOIO À INFÂNCIA	57%	7%
MULTIMÉDIA (2 turmas)	36%	32%

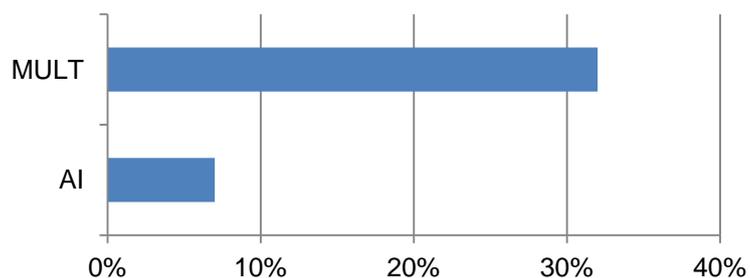
(3) Taxa de empregabilidade

(4) Taxa de prosseguimento de estudos

Taxa de empregabilidade
Ciclo de formação 2008-2011
Polo de Estremoz



Taxa de prosseguimento de estudos
Ciclo de formação 2008-2011
Polo de Estremoz

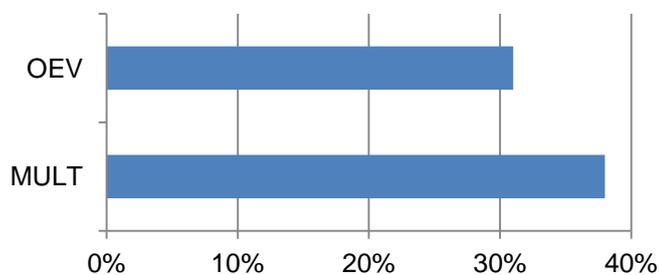


Pólo de Elvas

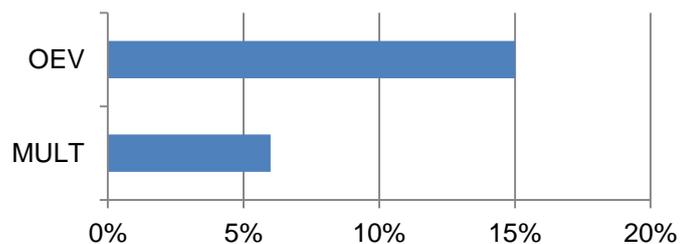
Curso	EMP ⁽¹⁾	PEST ⁽²⁾
MULTIMÉDIA	38%	6%
ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS	31%	15%

- (1) Taxa de empregabilidade
(2) Taxa de prosseguimento de estudos

Taxa de empregabilidade
Ciclo de formação 2008-2011
Polo de Elvas



Taxa de prosseguimento de estudos
Ciclo de formação 2008-2011
Polo de Elvas



2.1.5. Outras dimensões e actividades formativas relevantes

Certificação de saídas profissionais

Profissões certificadas

Foram elaborados, com a participação mais relevante dos respectivos Coordenadores de Curso, e submetidos à *Autoridade para as Condições do Trabalho* e ao *Turismo de Portugal, IP*, os dossiês dos Cursos Profissionais cujas *saídas profissionais* correspondem a profissões certificadas, visando a *certificação da aptidão profissional* dos diplomados e a obtenção dos seus *certificados de aptidão profissional (CAP)*, nomeadamente:

- a) **Curso Profissional de Técnico de Higiene e Segurança do Trabalho e Ambiente** (instituído pela Portaria 891/2005, de 26/09), cujo CAP é emitido pela *Autoridade para as Condições de Trabalho*;
- b) **Curso Profissional de Técnico de Restauração** (instituído pela Portaria 1319/2006, de 23/11), cujo CAP é emitido pelo *Turismo de Portugal, IP*.

Actividades orientadas para a comunidade escolar e para a consolidação das relações escola-comunidade

Cooperação, solidariedade, cidadania e participação, educação para a saúde, segurança, prática desportiva

No eixo cidadania e participação cívica, participámos no "*Parlamento dos Jovens 2011*", iniciativa institucional da Assembleia de República.

No eixo solidariedade, apoiámos a recolha de fundos destinados à *Liga Portuguesa Contra o Cancro (LPCC)*, *Cruz Vermelha Portuguesa (CVP)* e *Cáritas*; a dádiva benévola de sangue, promovida pela *Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Évora (ADBSE)* e pelo *Instituto Português do Sangue*.

No eixo educação para a saúde, apoiámos acções de rastreio e acções preventivas de informação e de sensibilização para a adopção de boas práticas, iniciativas da *ARS/Centro de Saúde de Évora-Saúde Escolar*.

No eixo prática desportiva, destacamos a realização da "*Caminhada pela tua saúde*"

No eixo segurança, realizámos duas *acções-simulacro* de situações de crise com o apoio dos formandos dos Cursos Profissionais de Técnico de Protecção Civil e de Técnico de Higiene e Segurança do Trabalho e Ambiente, no âmbito dos planos de segurança e de emergência da *EPRAL*. Acolhemos a realização de acções de esclarecimento, de sensibilização e de prevenção rodoviária com o apoio da *Polícia de Segurança Pública (PSP)* através do programa "*Escola Segura*", destinadas aos formandos automobilistas.

No eixo cooperação, para além da nossa participação pontual em actividades iniciativas de entidades externas, destacamos a nossa participação do *II Congresso Ibero-americano de Suinicultura*, envolvendo em particular os Cursos Profissionais de Técnico de Multimédia, Organização de Eventos, Turismo, Recepção, Restauração e Vídeo.

Colaborámos nas actividades comemorativas do *Dia Mundial da Criança*, iniciativa da *CME*, com actividades baseadas nos temas, *ambiente, direitos da criança e saúde*, através do Curso Profissional de Técnico de Apoio à Infância.

Finalmente, salientamos o desenvolvimento do programa “Os censos vão à escola”, iniciativa do INE, no âmbito dos *Censos 2011*.

Roteiro das profissões - 20 anos de compromisso com o Alentejo

Inovação, empreendedorismo e desenvolvimento

Maio 2011

O “*Roteiro das Profissões*”, levado a cabo no mês de Maio/2011, visou, essencialmente, a divulgação da formação e da oferta formativa da EPRAL, baseada numa estratégia de *mostra das saídas profissionais*, no sentido do atracção de novos formandos e da promoção da empregabilidade de finalistas e diplomados junto de empresários. Para além de visitas individuais ou de grupos de jovens constituídos informalmente, registámos a visita de alunos de 7 escolas básicas do Distrito de Évora, envolvendo cerca de 180 jovens.

2.1.6. Formação de formadores

O aperfeiçoamento das competências e elevação das qualificações profissionais dos formadores constitui um desiderato da nossa escola profissional. Neste âmbito salientamos:

- a) o envolvimento de 3 professores no programa de *profissionalização em serviço*, nas áreas de Informática, Educação Tecnológica/Artes Visuais e Português-Inglês;
- b) o envolvimento de 5 professores em cursos de mestrado nas áreas de Ciências da Educação-Supervisão Pedagógica (2), CE-Avaliação Educacional (1), CE-Educação Comunitária (1) e Ensino das Artes Visuais (1).

A Direcção Pedagógica da EPRAL levou ainda a cabo duas acções internas de formação dirigidas aos formadores que desempenham as funções de *orientação educativa* e uma acção de formação destinada aos formadores que desempenham as funções de *coordenação de curso*, abrangendo os Pólos de Évora, de Estremoz e de Elvas da EPRAL.

2.2. Formação de Adultos

Esta valência, tem vindo a ser gerida de forma autónoma, quer da formação inicial, quer da certificação de competências, com uma coordenação própria em *full-time*, e uma pequena equipa de formadores em regime de dedicação exclusiva, mas reforçada por um número de recursos docentes da EPRAL, na lógica do complemento de horário/racionalização, como está referido no ponto 1. deste relatório. A par destes, foram, pontualmente, contratados, em regime de prestação de serviços, novos formadores para algumas das áreas temáticas/formação.

Esta intervenção, desdobrada em horários laborais e pós-laborais, é possível graças à continuação do protocolo de prestação de serviços com uma entidade da cidade a que nos sentimos particularmente ligados – o CEDRA, o qual nos garante o acesso a espaços qualificados para a formação e a alguns recursos ao nível de equipamentos e de pessoal,

Este corpo de docentes, com o acompanhamento dos Mediadores (três em Évora e um em Elvas), e com o concurso dos demais recursos da Fundação, tem vindo a concretizar o novo modelo de formação (proposto pela nova legislação dos Cursos EFA) que tem vindo a decorrer com particular solidez e de forma consequente.

Refira-se que a valência da formação de adultos se desdobra em duas respostas complementares, os Curso EFA – Educação e Formação de Adultos, incluindo diferentes tipologias:

- Cursos de Formação Escolar;
- Cursos de Dupla Qualificação (Escolar e Tecnológica) e
- Cursos Tecnológicos (sem componente escolar)

e as Unidades de Curta Duração (UFCD), em diferentes áreas de formação tecnológica (Hotelaria, Informática, Higiene e Segurança, Construção Civil...) e de formação de Base (escolar), de duração, em regra de 50 horas e oferecidas nos três pólos da Fundação.

2.2.1. Cursos EFA

A actividade de Formação de Adultos concretizada pelas tipologias dos Cursos EFA, implicou a realização dos 7 cursos/turmas previstos, que integravam a candidatura plurianual de 2010/2011, distribuídos pelos pólos de Évora – 5 turmas – e pólo de Elvas – 2 turmas, maioritariamente em regime laboral (5 turmas em regime laboral e 2 turmas em regime pós-laboral). Destes cursos/turmas, 4 concluíram a sua execução durante 2011, prolongando-se a execução dos restantes 3 para 2012. A formação decorreu conforme Cronograma abaixo apresentado.

Das 4 turmas inicialmente previstas transitar para 2012, antecipou-se a conclusão do Curso de Secretariado, em Évora, mediante a reprogramação da calendarização, pelo reforço da carga horária das 6 horas/dia iniciais para as 7h/dia em alguns dias ao longo do ano, num esforço de racionalização de recursos e de antecipação da conclusão do final do curso, com evidente benefício para os utentes/formandos, que se encontravam na situação de desempregados e que, deste forma, puderam iniciar mais cedo a procura activa de emprego, com a sua nova qualificação profissional.

Cronograma Executado															
CURSOS	2011												Data de Início	Data de Fim	
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez			
Turmas Iniciadas em 2010	EFA B2 + B3 Escolar													27.09.2010	10.10.2011
	NS Tipo A													11.10.2010	30.03.2012
	NS Tipo A - Técnico/a de Secretariado													06.09.2010	30.12.2011
	NS Tipo A - Técnico/a de Higiene e Segurança no Trabalho													29.11.2010	27.03.2012
	Tecnológico de Técnico/a de Informática - Sistemas													17.06.2010	30.12.2011
	NS Tipo A - Técnico/a de Secretariado													07.09.2010	22.12.2011
	NS Tipo A - Técnico/a de Informação e Animação Turística													15.11.2010	04.04.2012

Formação em sala
Formação em Contexto de Trabalho
Datas a executar em 2012

Fonte: FA – Formação de Adultos – Fev. 2012

EFAS 2011 – Resumo de Execução

Ano de Início	Nº SIFSE	CURSOS	Horário	Local	Volume de Formação		Transita para 2012
					Previsto	Executado	
2010	1	EFA B2 + B3 Escolar	Laboral	Évora	15025	13226	0
	2	EFA NS Tipo A Escolar	Pós-Laboral	Évora	11394	7199	1
	3	EFA NS Tipo A - Técnico/a de Secretariado	Laboral	Évora	23598	24857	0
	4	EFA NS Tipo A - Técnico/a de Higiene e Segurança no Trabalho	Laboral	Évora	23058	21075,5	1
	8	EFA Tecnológico de Técnico/a de Informática - Sistemas	Pós-Laboral	Évora	9524	6507	0
	9	EFA NS Tipo A - Técnico/a de Secretariado	Laboral	Elvas	19845	19361	0
	10	EFA NS Tipo A - Técnico/a de Informação e Animação Turística	Laboral	Elvas	24445	19474	1
				TOTAL	126889	111699	3

No que se refere às horas de formação leccionadas verifica-se uma taxa de execução de 92,4% face ao previsto para 2011. O desvio de 7,6 % corresponde ao seguinte:

0,5% - 38 horas previstas e não leccionadas nos cursos iniciados em 2010 por indisponibilidade de formadores por motivos imprevistos e de força maior.

7,1% - 526 horas previstas e não realizadas nas turmas iniciadas em 2010, reflexo da alteração das datas de início das acções.

Conforme quadro resumo abaixo, transitaram para 2011, 114 formandos que integraram as 7 turmas em execução.

2.2.2. Resultados Balanço do sucesso formativo

Da observação dos dados apurados, conforme quadro abaixo, no que respeita aos formandos/turmas que **concluíram** em 2011 o seu percurso formativo, regista-se um sucesso formativo de 84%. Este sucesso corresponde ao total de certificações totais atribuídas em relação ao número de formandos envolvidos nas referidas turmas, ou seja, 84% dos 83 formandos transitados para 2011, obtiveram a certificação total, enquanto os restantes 16% correspondem às certificações parciais e reflectem as desistências registadas, num total de 10.

Se considerado, apenas, os formandos que concluíram o percurso completo de qualificação (73), regista-se uma taxa de sucesso de 96%, correspondendo os restantes 4% aos 3 formandos que, tendo concluído o percurso formativo, não obtiveram a certificação total, considerados por isso como reprovados.

Turmas concluídas em 2011

Nº SIFSE	CURSOS	Horário	Transitados	Concluíram o percurso formativo	Certificações parciais*	Certificações totais	Transitam para 2012
1	EFA B2 + B3 Escolar	Laboral	17	14	3	14	
2	EFA NS Tipo A Escolar	Pós-Laboral	13		4		9
3	EFA NS Tipo A - Técnico/a de Secretariado	Laboral	19	19		19	
4	EFA NS Tipo A - Técnico/a de Higiene e Segurança no Trabalho	Laboral	20		4		16
8	EFA Tecnológico de Técnico/a de Informática - Sistemas	Pós-Laboral	13	11	2	11	
9	EFA NS Tipo A - Técnico/a de Secretariado	Laboral	17	14	3	14	
10	EFA NS Tipo A - Técnico/a de Informação e Animação Turística	Laboral	15		1		14
TOTAL			114	58	17	58	39

*Considera as certificações parciais dos formandos desistentes e dos formandos que tendo concluído o percurso, não reuniram condições para certificação total.

No que refere aos formandos do curso de Nível Básico, em ambos os casos, encontram-se aprovados em todas as Unidades modulares da componente de base, o que lhes confere a habilitação escolar de 9º ano, reportando-se a respectiva reprovação à qualificação tecnológica de Operador de Informática em resultado de, num caso, ter sido excedido o limite de faltas possível em Formação em Contexto de Trabalho, e noutro, não terem sido completadas com sucesso as unidades de formação da componente tecnológica.

No caso do formando de nível secundário, um adulto envolvido num contexto muito particular de apoio social, o desenvolvimento do seu percurso formativo foi alvo de acompanhamento particular por parte da mediadora e equipa formativa, de que resultaram vários planos de recuperação. A respectiva reprovação prende-se com o não cumprimento dos referidos planos bem como pela não entrega do respectivo portefólio reflexivo de aprendizagens.

2.2.3. Formação em Contexto de trabalho

Os cursos/turmas concluídas em 2011, implicaram a realização de Formação em Contexto real de Trabalho, de todos os formandos excepto dos envolvidos nas turmas de formação Escolar.

Considerado o perfil de saída dos respectivos itinerários de qualificação, e as competências demonstradas pelos formandos, a integração destes em entidades e empresas do Distrito de Évora, teve por objectivo favorecer a potencial integração profissional. Assim, os formandos foram integrados em entidades/empresas que, pela sua organização interna, possuíam sectores/serviços que implicavam a práticas de actividades inerentes às competências desenvolvidas durante a formação, verificando-se a seguinte distribuição:

Formação em Contexto de Trabalho – EFA – 2011

ENTIDADES DE ACOLHIMENTO DE ESTAGIÁRIOS DO CURSO EFA DE TÉCNICO/A DE SECRETARIADO - Évora		
ENTIDADE E NÚMERO DE ESTAGIÁRIOS	Nº de formandos	Sector de Integração
Piçarra – Distribuição de Jornais Lda. (Diário do Sul)	1	Apoio Secretariado
Universidade de Évora	1	1 - Gabinete de Comunicação e Imagem 1- IIFA - Instituto de Investigação e Formação Avançada
Biblioteca Pública de Évora	1	Apoio Secretariado
Câmara Municipal de Évora	3	1 -Divisão de Educação 1 – Serviços Sociais 1-Núcleo de Documentação
Câmara Municipal de Arraiolos	1	Apoio Secretariado
CI – Consultadoria Informática, Lda.	1	Apoio Secretariado
Escola EBI André de Resende	1	Biblioteca Escolar
Junta de Freguesia de Viana do Alentejo	1	Apoio Secretariado
Bareno Peters – Motorized Sport & Leisure Lda	1	Apoio Secretariado
Associação de Amigos da Criança e da Família – Chão dos Meninos	1	Apoio Secretariado
Hospital do Espírito Santo	2	1 – Serviços de Tecnologias e Sistemas de Informação 1 – Serviço de Gestão de Doentes
Liga Portuguesa Contra o Cancro	1	Apoio Secretariado
CCDR	2	Recursos Humanos
CDRA – Centro de Estudos de Desenvolvimento Regional	1	Apoio Secretariado
IIFA – Instituto de Investigação e Formação Avançada	1	Apoio Secretariado
TOTAL	19	-

TÉCNICO DE INFORMÁTICA – SISTEMAS (Pós-Laboral) - Évora		
ENTIDADE E NÚMERO DE ESTAGIÁRIOS	Nº de formandos	Sector de Integração
Hospital do Espírito Santo	1	1 – Serviços de Tecnologias e Sistemas de Informação
Casa do Povo dos Canaviais	1	
Novabit , Informática Lda.	1	Serviço Pós-Venda
Câmara Municipal de Évora	1	Divisão de Organização e Informática
	15	

ENTIDADES DE ACOLHIMENTO DE ESTAGIÁRIOS DO CURSO EFA DE TÉCNICO/A DE SECRETARIADO - Elvas		
ENTIDADE E NÚMERO DE ESTAGIÁRIOS	Nº de formandos	Sector de Integração
Junta de Freguesia de Assunção	1	Apoio Secretariado
Agrupamento de Escolas nº1 de Elvas	1	Apoio Secretariado
Escritório de Advogados – Dr. Álvaro Teixeira de Carvalho	1	Apoio Secretariado
DVI – Distribuição Venda de Inform. e Audiovisual, Lda.	1	Apoio Secretariado
Junta de Freguesia de Vila Boim	1	Apoio Secretariado
TEMPEXACTO – Gestão Imobiliária, Lda.	1	Apoio Secretariado
Junta de Freguesia de Vila Boim	1	Apoio Secretariado
DISCEGRE – Distribuição de Cerveja, Lda.	1	Apoio Secretariado
Hospital de Santa Luzia	1	Apoio Secretariado
José Luís Zuna	1	Apoio Secretariado
Agrupamento Vertical de Escolas Nº 2 de Elvas	1	Apoio Secretariado
APPACDM	1	Apoio Secretariado
Clube do Diabético de Elvas	1	Apoio Secretariado
ELVASCLIMA, Lda.	1	Apoio Secretariado
CARAPINHA & Conceição, Lda.	1	Apoio Secretariado
	15	

Esta dimensão da formação decorreu de forma muito positiva, tendo em conta os resultados obtidos pelo tratamento das avaliações realizadas pelas entidades de acolhimento, ao abrigo do protocolo/contrato de estágio, e que consideramos pertinente apresentar neste Balanço de forma autónoma.

Para o efeito, foram consideradas duas dimensões de avaliação, complementares e relevantes para a natureza deste tipo de formação: o DESEMPENHO PROFISSIONAL e a INTEGRAÇÃO E INTERACÇÃO NA ENTIDADE DE ACOLHIMENTO, sendo propostos, para cada uma delas um conjunto de parâmetros e uma escala de 1 a 4, correspondendo o 1 ao Insuficiente e o 4 ao Muito Bom.

Esta experiência, a sua organização, desenvolvimento e acompanhamento, decorreu de forma muito positiva e a metodologia e instrumentos utilizados revelaram-se adequados e, como tal, susceptíveis de replicação nas restantes turmas que venham a realizar FCT.

O tratamento dos resultados obtidos apresenta uma concentração das avaliações, superior a 75%, nos dois níveis superiores da escala (Bom e Muito Bom), ou seja, uma avaliação muito positiva do desempenho de todos e cada um dos formandos em ambas as dimensões.

2.2.4 Unidas Modelares de Curta Duração (UFCD)

Execução em 2011

Áreas	Horas realizadas	Adultos Abrangidos	Volume de Formação	Taxa de Execução (%)
Formação de Base	400	132	6600	94
Ciências Informáticas	475	160	7650	50
Construção Civil	75	26	1050	19
Secretariado	325	92	6100	87
HST	425	86	7100	101
Áudio - Vídeo	0	0	0	0
Hotelaria	50	43	1075	28
Total	1750	539	29575	

2.3 Os CNO da Fundação Alentejo

Na sequência do definido nos Planos Estratégicos de Intervenção (PEI) para o biénio 2010-2011, o balanço do 2º ano da candidatura (2011) no cumprimento das metas físicas e dos objectivos traçados, por força das orientações da Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional, IP (ANQEP, IP), inclui, também, o trabalho desenvolvido no 1º trimestre de 2012.

Tendo em atenção que, relativamente ao biénio referenciado, já foi realizado o balanço relativo a 2010, a reflexão e os dados ora apresentados, representam um *continuum* no trabalho desenvolvido sendo de realçar como marca diferenciadora a necessidade de adaptação e adequação das intervenções em função das dinâmicas resultantes das situações de vida dos Adultos que nos procuram, designadamente ao nível do emprego e de novas e diferentes geometrias sócio-familiares.

Suportados nos quatro vectores que definimos no nosso PEI, relativamente ao período em apreço, foram concretizadas as intervenções/acções que passamos a referenciar:

2.3.1 - Estabelecimento de contratos-programa com parceiros diversificados

Indissociável da eficácia do trabalho desenvolvido, designadamente no que diz respeito à mobilização do potencial público, identificamos a rede de parcerias como factor estratégico, necessariamente estabelecidas em função das condições e objectivos inerentes a cada uma das intervenções.

Durante o ano de 2011 foram estabelecidas as parcerias identificadas no Quadro I

Quadro I – Novas Parcerias – CNO de Évora

Nome da Entidade	Data de estabelecimento	Âmbito
Delegação de Évora da Cruz Vermelha Portuguesa	2011.10.28	A
Junta de freguesia de Guadalupe	2011.04.21	B
Santa Casa da Misericórdia de Évora	2011.01.10	C

Fonte: FA/CNO- Evora – Mar/012

- A- Encaminhamento de clientes e trabalhadores com baixas qualificações e apoio administrativo na sua convocação
- B- Distribuição de materiais promocionais do CNO, mobilização de potenciais candidatos para sessões de sensibilização e cedência de espaços
- C- Encaminhamento de trabalhadores com baixas qualificações e apoio administrativo na sua convocação

2.3.2 Deslocalização da intervenção / Itinerâncias

A discriminação positiva dos residentes em territórios rurais continua a ser um factor de justiça social num Alentejo cada vez mais desertificado e com fortes constrangimentos ao nível dos transportes públicos.

Em 2011, foram desenvolvidas diversas intervenções, conforme expresso no *Quadro 2*;

Quadro 2– Itinerâncias – CNO de Évora

Entidade / Localidade	Nível Básico				Nível Secundário			
	Início		Conclusão		Início		Conclusão	
	Data	Nº Adultos	Data	Nº Adultos	Data	Nº Adultos	Data	Nº Adultos
Adega Cooperativa / Redondo	2010.11.08	13	2011.10.11	11	2010.11.12	10	2011.09.29	2 (1 continua em Processo)
Junta de Freguesia / S. Sebastião da Giesteira	2011.05.03	18	2011.11.30	9	Sem candidatos			
Junta de Freguesia / Guadalupe	2011.03.03	9	2011.09.29	6	Sem candidatos			
Junta de Freguesia / S. Miguel de Machede	Sem candidatos				2011.06.15	13	2012.12.31	10
Junta de Freguesia / Canaviais	Sem candidatos				2011.06.06	10	2011.10.13	6
Junta de Freguesia / Torre de Coelheiros	2011.10.27	8	2012.12.31	0	Sem candidatos			

Fonte: FA/ CNO Évora – Mar.2012

No que respeita ao CNO de Elvas, durante o ano de 2011, atuou nas regiões mais próximas do nosso centro, dentro da área de intervenção do mesmo (Elvas e concelhos limítrofes do Distrito de Portalegre/NUT III – Alto Alentejo). Foi dada continuidade a contactos já existentes e procedeu ao contacto inicial com novas entidades.

I - Entidades com as quais demos continuidade aos contactos

- Câmara Municipal de Elvas;
- Câmara Municipal de Campo Maior;
- Junta de Freguesia de Vila Boim;
- Junta de Freguesia de Vila Fernando;
- Junta de Freguesia de Santa Eulália;
- Bombeiros Voluntários de Elvas;
- Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano;
- Estabelecimento Prisional de Elvas;
- Grupo SONAE Elvas;
- Grupo SONAE Portalegre;
- Museu Militar de Elvas;
- Lar Júlio Alcântara Botelho;
- Associação Empresarial de Elvas;
- Junta de Freguesia de Terrugem;
- Junta de Freguesia de S. Vicente;
- Junta de Freguesia de Barbacena.

II - Entidades contactadas em 2011

- IEFP – Centro de Emprego de Elvas;
- Paróquia da Terrugem;
- Hospital de Santa Luzia – Elvas;
- Pequenas e médias empresas locais.

Estes contactos permitiram reforçar a interação com entidades diversas, divulgar o trabalho do CNO e formalizar parcerias reforçando, desta forma, o trabalho em rede.

2.3.3 Segmentação da intervenção

No CNO de Évora, continuou-se a intervir junto de públicos em situação de vulnerabilidade, designadamente:

Intervenção no EPE – após a certificação de 12 adultos, previmos a organização de grupos para frequência de UFCD não tendo sido possível concretizar, devido ao regulamento do POPH que considera este público como não-ativo. Continua em aberto a possibilidade de trabalhar com os funcionários o que, até à data, ainda não foi possível concretizar.

No que se refere às Pessoas com Deficiências e Incapacidades, após todo um trabalho de estudo e apropriação de metodologias de trabalho com colegas de outros CNO (trabalho desenvolvido em 2010) iniciámos a intervenção com cinco pessoas com deficiência intelectual.

2.3.4 Contrato de gestão partilhada de objectivos

Reforçando o trabalho iniciado em 2010, relativamente à operacionalização da rede de CNO do Concelho de Évora, passámos a contar com os CNO dos concelhos de Arraiolos, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas e Viana do Alentejo, passando a rede a designar-se de Rede Novas Oportunidades do Alentejo Central. Foram desenvolvidas algumas intervenções, todas no sentido da optimização e harmonização das práticas dos diferentes Centros, bem como a afirmação de um conjunto de princípios e espetos de carácter processual junto da ANQ.

2.3.5 Organização e gestão

Suportados numa experiência iniciada em 2001, consideramos que os dez anos de caminho percorrido nos permitiram aprender, partilhar, crescer, (re)construir e, cada vez mais, querer fazer melhor.

Consideramos que a Iniciativa Novas Oportunidades tem sido particularmente escrutinada, o que tem permitido aos seus *agentes* (leia-se, CNO), a participação em momentos formativos de natureza diversa e com diferentes finalidades todos eles, na nossa perspectiva, de grande valor para uma aprendizagem colaborativa e que tem permitido afirmar o reconhecimento de adquiridos experienciais como uma metodologia de irrefutável alcance.

Nesta medida, permitimo-nos elencar o conjunto de participações onde fomos convidados a intervir e que, de certa forma, nos permite aferir do reconhecimento do caminho que percorremos.

Curso de Formação para Coordenadores e Directores de CNO (1)
Universidade de Évora – NUFOR (Núcleo de Formação)

Centros Novas Oportunidades: Passaporte para o Futuro (2)
Instituto Politécnico de Leiria

1º Encontro da Comunidade de Prática de ALV (3)
Fundação Alentejo – Centro de Recursos em Conhecimento

Conferência “Co-Ordination of Lifelong Learning Resources in European Countries” (4)
Dirección General de Formacion Profesional – Ministerio de Educacion, Cordoba

- (1) Por indicação da ANQ, participámos como Formadores dos Directores e Coordenadores de CNO cuja criação ocorreu em 2009/010
- (2) Apresentação de Comunicação sobre a intervenção do CNO da Fundação Alentejo
- (3) Apresentação de Comunicação “Práticas de Avaliação: o exemplo do CNO da Fundação Alentejo” no âmbito da Comunidade de Prática de Aprendizagem ao Longo da Vida – CRC/IEFP
- (4) Inserida na Presidência Espanhola da UE, e por indicação da ANQ, apresentámos a Comunicação
“Reconhecimento de Competências – Uma Nova Oportunidade para Adultos com Baixas Qualificações – a experiência Portuguesa”

De referenciar, ainda, a nossa colaboração – por indicação da ANQ, como um dos sete CNO utilizados para estudo de caso - no ***New Opportunities for Learning: Going LLL (2011-2012)*** projeto que resulta de uma parceria entre a ANQ e a Universidade Católica Portuguesa (UCP) - instituição de ensino superior que tem vindo a assegurar a avaliação externa do "Eixo Adultos" da Iniciativa Novas Oportunidades desde o ano de 2008 e, nesse quadro, tem dado importantes contributos para o seu desenvolvimento (www.ucp.pt)

JÚRIS DE CERTIFICAÇÃO – CNO Évora - 2011

Mês	Nº de Júris	Nº DE ADULTOS	
		NIVEL BÁSICO	NIVEL SECUNDÁRIO
Dezembro	5	7	7
Novembro	5	8	11
Outubro	7	20	9
Setembro	3	4	8
Agosto	1	4	0
Julho	3	0	8
Junho	7	16	14
Maiο	6	10	12
Abril	2	0	6
Março	5	8	7
Fevereiro	5	5	19
Janeiro	3	3	6
SUB -TOTAL	52	85	107
TOTAL		190	

Fonte: FA – CNO-Evora – Mar. 2012

Em 2012 – de Janeiro a Março, foram realizados os seguintes júris:

Mês	Nº de Júris	Nº DE ADULTOS	
		NIVEL BÁSICO	NIVEL SECUNDÁRIO
Março	9	15	26
Fevereiro	8	19	18
Janeiro	1	0	6
Sub-total	18	34	50
TOTAL		84	

Executado - CNO de Évora - Ano 2011

Níveis	Inscritos		Com diagnóstico e encaminhamento definidos		Em processo RVCC		Certificados (total e parcial)	
	Nº	% *	Nº	% *	Nº	% *	Nº	% *
BÁSICO	144	28	147	31	259	79	119	38
SECUNDÁRIO	223	29	185	26	493	156	157	56
TOTAL	367	28	332	28	752	117	276	46

*referência: 2010/2011 (inclui 1º trimestre 2012)

Fonte: FA/CNO- Évora – Mar. 2012

Executado - CNO de Elvas - Ano 2011

Níveis	Inscritos	Com diagnóstico e encaminhamento definidos	Em processo RVCC	Certificados (total e parcial)
	Nº	Nº	Nº	Nº
BÁSICO	140	122	104	90
SECUNDÁRIO	138	94	89	46
TOTAL	278	216	193	136

Fonte: FA/CNO- Elvas – Mar. 2012(inclui 1º trimestre 2012)

Aspectos a destacar:

A **mobilização dos Adultos revelou-se particularmente condicionadora do cumprimento das metas**. De resto, este aspeto foi referenciado aquando da Visita de Acompanhamento ao CNO de Évora, realizada pela ANQ, em Julho/2010, tendo sido identificado todo um conjunto de ações e iniciativas com o objetivo de divulgar, sensibilizar e mobilizar o potencial público. Não podemos, também, deixar de referenciar o facto de na nossa cidade existirem três CNO, um dos quais do CFP do IEFP. Também o facto de, até agora, os Adultos não encontrarem no aumento das qualificações uma repercussão evidente ao nível da situação laboral/remuneratória, condiciona a mobilização dos mesmos. **Verificando-se um *constrangimento no input do sistema*, é inevitável que todos os outros indicadores fiquem comprometidos.**

Relativamente aos resultados obtidos e, reforçando a dimensão de mobilização do público-alvo, queremos destacar as iniciativas que desenvolvemos:

* **concretização do trabalho em rede** – privilegiando a harmonização de metodologias e procedimentos, definindo a territorialidade da intervenção, gerindo transferências e construindo complementaridades ao nível das ofertas formativas,

* **a formação da equipa e participação em eventos de índole diversa** onde demos a conhecer o nosso trabalho,

* **a participação em projectos de investigação,**

* **a divulgação pública em jornais e eventos diversos**

AUTO-AVALIAÇÃO

Relatório de AVALIAÇÃO DO PLANO DE ACÇÃO DE MELHORIAS (2011)

Designação do Centro: CNO, ÉVORA da FUNDAÇÃO ALENTEJO

n.º de ordem	Critério da acção de melhoria	Acção de melhoria	Avaliação	Factores críticos
	N.º	Identificação sumária		
1	5	APLICAÇÃO QUESTIONÁRIO DE SATISFAÇÃO AOS UTENTES - APÓS SESSÃO DE ENCAMINHAMENTO	A aplicação dos questionários foi cumprida. Os resultados da informação recolhida encontram-se em anexo.	Verificamos que, de uma maneira geral, os adultos não estão familiarizados com o exercício da avaliação dos serviços a que recorrem, o que pode concorrer para o eventual enviesamento de alguma informação prestada.
2	5	APLICAÇÃO QUESTIONÁRIO DE SATISFAÇÃO AOS UTENTES - APÓS CONCLUSÃO PROCESSO RVCC, APÓS JÚRI DE CERTIFICAÇÃO, APÓS FORMAÇÃO COMPLEMENTAR (SÉ APLICÁVEL)	A aplicação dos questionários foi cumprida. Globalmente os resultados são muito positivos, conforme anexo. De realçar que, para os Adultos que completam as fases identificadas, a grande maioria considera a nossa intervenção muito adequada.	
3	5	ENVIO DE QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO SATISFAÇÃO DAS PARCERIAS ESTABELECIDAS NOS ANOS DE 2007. 2008, 2009	A taxa de resposta, de 55%, atendendo ao universo (sete entidades) teve uma expressão mais reduzida do que o esperado. No anexo 12 apresentamos os resultados do trabalho	
4	3	PLANO DE FORMAÇÃO ANUAL PARA A EQUIPA	O cumprimento da Plano ficou condicionado pelos aspetos financeiros. Ainda assim, a participação em diversos momentos formativos contou com a participação de todos os elementos da equipa e a disseminação da informação ocorreu através da produção de Memorandos disponibilizados a toda a equipa e a partilha em reunião.	A não-elegibilidade, em sede de candidatura financeira, deste tipo de acção.
5	3	ORGANIZAÇÃO DE ENCONTRO ANUAL INTER-CENTROS NOVAS OPORTUNIDADES	O não-cumprimento desta Ação resultou do facto de a equipa participar, quer como convidada a partilhar a sua experiências, quer por manifesto interesse para o nosso trabalho, e não ter sido oportuno organizar uma ação que, de alguma forma, poderia ser redundante numa intervenção que ocorre em rede de CNO.	

6	4	FORMALIZAÇÃO DE TRÊS PARCERIAS	<p>Ação de melhoria cumprida. Relevamos a importância desta ação, atendendo à importância do trabalho em rede e a possibilidade de potenciar complementaridades entre as entidades parceiras envolvidas</p> <p>Foram realizadas parcerias com as seguintes entidades e objetivos:</p> <p>Delegação de Évora da CV Portuguesa - encaminhamento de clientes e colaboradores e apoio administrativo na convocação dos mesmos;</p> <p>Junta de Freguesia de Guadalupe – encaminhamento de residentes na freguesia e apoio administrativo na convocação dos mesmos;</p> <p>Sta. Casa da Misericórdia de Évora – encaminhamento de colaboradores e apoio administrativo na convocação dos mesmos.</p>	<hr/>
7	8	AUMENTO DO NÚMERO DE INSCRIÇÕES	<p>Foram desenvolvidas um conjunto de atividades de divulgação (cf. Anexo 3). Apesar de não termos registado o aumento do número de inscrições, consideramos que as ações, pela sua natureza e número de pessoas abrangidas, concorrerem para divulgar o nosso trabalho e, bem assim, motivar o potencial público.</p> <p>De destacar que o trabalho desenvolvido no âmbito da Rede Novas Oportunidades do Alentejo Central permitiu determinar os territórios de intervenção de cada um dos CNO do Concelho de Évora e, ainda, racionalizar a transferência de adultos de acordo com o CNO envolvido na intervenção.</p>	<p>São diversas as variáveis que concorrem para a consecução deste objetivo:</p> <p>No concelho de Évora, intervêm 3 CNO, um dos quais do CF Profissional e, outro, numa Escola Secundária;</p> <p>A fragilidade do reconhecimento social e profissional das qualificações determinou uma reduzida mobilização dos adultos;</p> <p>A situação do aumento do desemprego e a acentuada redução de cursos EFA acarretou, igualmente, a redução da procura, uma vez que os subsídios de formação auferidos pelos formandos são um móbil para a procura da formação.</p>

Apreciação da implementação do plano de acções de melhoria na perspectiva da melhoria da gestão do Centro Novas Oportunidades

A realidade que vivemos na dificuldade em mobilizar os Adultos para aumento das suas qualificações tem condicionado o funcionamento do Centro.

O nosso investimento na avaliação de satisfação dos Adultos, utentes do CNO, permite-nos aferir do grau de adequabilidade da nossa intervenção e, bem assim, perspectivar ajustamentos que poderão contribuir para a melhoria contínua que pretendemos assegurar.

Ao nível das parcerias, conseguimos ultrapassar os nossos objectivos, o que sentimos como muito positivo.

Relativamente à Formação da equipa, organizada por nós, (Encontro Inter-Centros e formação anual) não foi concretizada, devido a problemas de financiamento.

O CNO de Elvas, na sequência da reflexão desenvolvida em 2010, identifica um conjunto de aspetos os quais, pela natureza de trabalho colaborativo da equipa, têm permitido adequar as metodologias de trabalho às dinâmicas impostas pela procura.

PONTOS FORTES

- Tempo de resposta ao adulto decorrido entre a inscrição e o início do processo;
- Flexibilidade de horários da equipa técnico-pedagógica do CNO FA-Elvas (laboral e pós-laboral);
- Itinerâncias;
- Forte interacção entre os elementos de toda a equipa – reflexão continuada e partilhada;
- Colocação do adulto no centro das nossas preocupações e, conseqüentemente, do desenvolvimento do nosso trabalho;
- Adaptação de estratégias e metodologias ao perfil dos adultos;
- Utilização do telefone e do e-mail como meios de comunicação preferenciais nos contactos com adultos, bem como a realização de sessões on-line;
- Colaboração com entidades da região.

PONTOS FRACOS

- Continuação da dificuldade no encaminhamento para outras ofertas formativas por desconhecimento ou inexistência das mesmas na região, embora 2011 tivesse sido o ano em que mais encaminhamentos se fizeram para outras ofertas que não o RVCC;
- Gestão das metas-físicas (número de certificados);
- Instabilidade da equipa técnico-pedagógica (já descrita no ponto 4);
- Dificuldade no trabalho em rede com o outro CNO da região de Elvas. No entanto estamos em conjunto com outros CNOs da região a promover uma reunião para agilizar a criação de uma Rede de CNO – Norte Alentejo.

ESTRATÉGIAS DE MELHORIA

- Aumentar contactos com outros CNO da região por forma a melhorar a articulação do trabalho;
- Continuar a promover sessões de divulgação/sensibilização como forma de angariar inscitos;
- Diversificar a oferta formativa por forma a encaminhar os adultos com mais dificuldade para o tipo de formação adequada, procurando assim aumentar o número de adultos certificados;
- Recuperar adultos que por falta desmotivação tenham abandonado o processo;
- Continuar a realizar actividades mensais que envolvam a participação de adultos internos e externos ao CNO, que promovam a dinamização do Centro na região;
- Criar de outros modelos de avaliação junto dos adultos, assim como também a aplicar de modelos de avaliação junto das entidades protocolares.

2.4. Colégio Fundação Alentejo

O Colégio, como se disse, é a valência mais recente, e está orientada para a resposta socioeducativa a crianças, dos 3 meses aos 10 anos, organizada nas sub-valências de:

- . Creche;
- . Jardim de Infância
- . 1º Ciclo

a qual foi formalmente inaugurada em 05 de Outubro de 2011, mas cuja actividade teve início na segunda semana de Setembro, como estava planeado desde o início do projecto.

O processo de construção do imóvel, iniciado em Janeiro de 2011, na sequência do Concurso Público de Empreitada realizado no final de 2010, cujo contrato foi assinado em 29 de Dezembro desse mesmo ano, com impacto financeiro que se encontra explanado no ponto 3. do presente Relatório.

A obra decorreu a um ritmo pouco comum, de forma que, contra as expectativas da generalidade das entidades, foi possível concluir a obra dentro do prazo estabelecido, graças ao esforço e determinação da Fundação Alentejo e da empresa construtora. A Fundação, além de acompanhar a obra, de forma intensa, contratou, mediante, procedimentos desenvolvidos ao abrigo do CCP (Contrato de Ajuste Directo) uma empresa de Segurança e Higiene e uma empresa de Fiscalização da Obra.

Em simultâneo ao processo de construção, foi efectuado o pedido de licenciamento da componente Creche, junto da Segurança Social e da Componente Jardim de Infância e 1º Ciclo, junto da Direcção Regional de Educação, os quais foram concluídos em tempo útil, possibilitando a abertura supra referida. Foram, ainda, lançados, também em simultâneo à construção, os concursos para a Aquisição do Equipamento Escolar e Mobiliário, tendo sido possível equipar a infra-estrutura no acto subsequente à sua entrega pelo Empreiteiro.

Foi, de alguma forma, uma vitória da determinação e da capacidade de acreditar que em Portugal e em Évora, a obra pode “nascer” dentro do prazo, sem derrapagens e com um padrão de qualidade inquestionável. A liderança de todo o processo por parte da Presidente e do Conselho de Administração da Fundação Alentejo foi determinante para todo este processo.

A par desta vertente física e burocrática, uma outra, de natureza pedagógica, foi sendo consolidada. Com início em Março de 2011, aquela que viria a ser nomeada Directora Executiva do Colégio, deu início ao processo de construção do Projecto Educativo, à elaboração do Regulamento Interno e a um plano de divulgação/promoção pública da nova oferta. Para o efeito contou com a colaboração dos Serviços centrais da Fundação, com a colaboração do Departamento de Pedagogia da Universidade de Évora, com base num protocolo celebrado para o efeito, bem como da equipa que foi sendo seleccionada para constituir o núcleo duro desta nova valência da Fundação Alentejo.

Assim, desde Setembro de 2011, o Colégio tem oferecido aos seus utentes, para além das actividades normais desenvolvidas em cada sala:

- Serviços de Enfermagem
- Expressão físico-motora
- Expressão musical
- Expressão plástica
- Psicologia
- Língua estrangeira – Inglês.
- Actividade de tempos livres- ATL Natal

O primeiro trimestre da valência, graças ao trabalho de planificação prévia, decorreu com grande normalidade sendo de destacar as seguintes actividades extraordinárias:

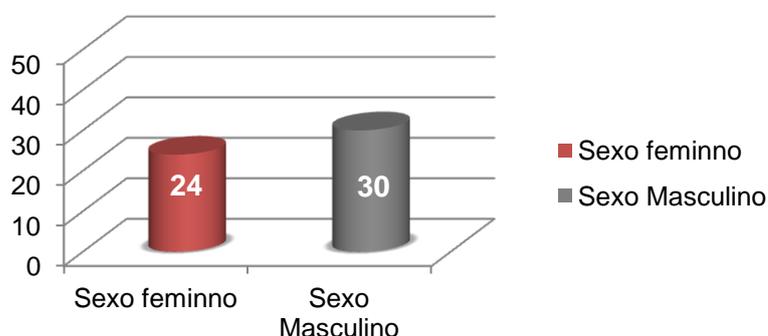
- Inauguração do Colégio Fundação Alentejo - 05 de outubro de 2011.
- Festa do Halloween – 31 de outubro de 2011
- Natal – 23 de dezembro de 2011
- Comemoração de aniversários

2.4.1 Constituição de Salas (*Situação a Dezembro de 2011*)

O receio, compreensível, que muitos pais tiveram de que o Colégio pudesse entrar em funcionamento na data prevista, como veio a acontecer, determinou que, da sua capacidade total de 255 utentes, apenas tivessem sido ocupadas, até Dezembro de 2011, as vagas abaixo referidas. Contudo e principalmente na sub-valência de Creche e de Jardim de Infância, o ritmo de inscrições tem vindo a crescer e é previsível que o ano de 2012 permita aproximar o número de inscrições da capacidade máxima do equipamento.

Assim, em Setembro de 2011 tínhamos:

- Duas salas de creche heterogéneas, uma com 7 crianças (5 rapazes e 2 raparigas) e outra com um grupo de 11 crianças (5 rapazes e 6 raparigas);
- Duas salas de jardim de infância heterogéneas, uma com 15 crianças (7 rapazes e 8 raparigas) e outra com 10 (5 rapazes e 5 raparigas);



A estes acrescia, no 1º Ciclo:

- Uma sala de 1º ciclo com 4 crianças

1. Valência de CRECHE

BERÇARIO 1

Educadora: Isís Bettencourt

Auxiliar: Ana Costa

Auxiliar: Rute Coca

Nº de crianças: 7

SALA HETERÓGENEA 1

Educadora: Joana Ramos

Auxiliar: Alexandra Caixeiro

Auxiliar: Tânia Galhanas

Nº de crianças: 7

SALA HETERÓGENEA 2

Educadora: Maria João Pimenta

Auxiliar: Ana Mafalda Calado

Auxiliar: Rute Viegas

Nº de crianças: 11

2. Valência de Jardim de Infância

SALA HETERÓGENEA 1

Educadora: Alexandra Mavioso

Auxiliar: Patrícia Godinho

Nº de crianças: 15

SALA HETERÓGENEA 2

Educadora: Ana Arimateia

Auxiliar: Ana Fortes

Nº de crianças: 11

3. Valência de 1.º Ciclo

Professora: Joana pereira

Auxiliar: Vanda Leão Paulos

Nº de crianças: 4

2.4.2 Actividades mais relevantes / Valência

VALÊNCIA DE CRECHE	
Sala Heterogénea 1	Sala Heterogénea 2
Idas ao Parque Público Infantil	Idas ao Parque Público Infantil
Idas ao Jardim Público Infantil	Idas ao Jardim Público Infantil
Presépios: Igreja dos Loios	Presépios: Igreja dos Loios
Pai Natal	Pai Natal
Praça do Giraldo – exposição árvore de Natal.	Praça do Giraldo – exposição árvore de Natal.

VALÊNCIA DE JARDIM DE INFÂNCIA	
Sala Heterogénea 1	Sala Heterogénea 2
Visitas ao mercado municipal	Visitas ao mercado municipal
Idas ao Parque Público Infantil	Idas ao Parque Público Infantil
Passeio Pela Mata	Passeio pela Mata
Exposição Palácio Dom Manuel	Exposição Palácio Dom Manuel
Pai Natal	Pai Natal
Presépios: Igreja dos Loios e Igreja Sto. Antão	Passeios pela cidade de Évora
Visitas a Igrejas da nossa cidade	Visitas a Igrejas da nossa cidade
Passeios pela cidade de Évora	Presépios: Igreja dos Loios e Igreja Sto. Antão
Visita aos Correios - envio de cartas	Visita aos Correios - envio de cartas
Biblioteca Pública	
Bombeiros	
Uma história contada pelos Pais no Colégio (semanal)	

VALÊNCIA DE 1º CICLO
Idas ao Parque Público Infantil.
Idas ao Jardim Público Infantil.
Praça do Giraldo – Pai Natal.
Visitas a cidade de Évora.
Passeio a cidade para identificação de simetrias e padrões.
Visita a lojas de cortiça

2.5. Contratação Pública

O ano de 2011, como se referiu anteriormente, também ficou marcado pela assunção da condição de entidade adjudicante ao abrigo do nº 2, do artº 2º do Código da Contratação Pública de instituições como a Fundação, dado que a sua actividade é maioritariamente suportada pelo financiamento público (nacional e comunitário).

Esta situação que se vinha arrastando por divergências de entendimento, foi clarificada por parecer produzido/comunicado pelo IGFSE, em Maio de 2011, o qual motivou o Despacho da Presidente da Fundação Alentejo abaixo apresentado e o início de um novo ciclo no que respeita à contratação de serviços. Refira-se, como resulta da leitura do Despacho abaixo, que as normas da contratação, designadamente da prática de Ajuste Directo, com consulta a vários fornecedores e selecção do melhor preço/ serviço mais adequado, já era tida como referência.



Sujeição da FA, enquanto Entidade Adjudicante, às normas do CCP

A consideração da qualidade de entidade de direito privada que assiste à Fundação Alentejo, bem como à generalidades das entidades proprietárias de Escolas Profissionais e de outras que operam no âmbito dos diferentes Programas do FSE, designadamente do POPH – Programa Operacional Potencial Humano, vinha suportando o entendimento generalizado da nossa não condição de entidade adjudicante, com a consequente não obrigatoriedade de cumprimento estrito das normas do Código da Contratação Pública, definidas no Decreto – Lei 18/2008.

Nos termos do parecer produzido pelo IGFSE, em Maio de 2011 (em anexo) e dado a conhecer (em Junho último) ao POPH e à ANESPO, e, através desta, às entidades que, como a Fundação Alentejo, são proprietárias das Escolas Profissionais, ficou definido que estas entidades devem assumir, para efeitos do referido Código, a condição de entidades adjudicantes já que perseguem actividades de interesse geral e são, maioritariamente, financiadas pelo FSE.

Este entendimento, que importa ter na devida conta, implica que os procedimentos que vinham sendo praticados pela Fundação Alentejo e que tiveram como referente a metodologia do CPP, com a necessária consulta prévia, em regra, a mais de um fornecedor, com a escolha baseada no "melhor preço/ condições de fornecimento/ adequação às necessidades efectivas", designadamente no que se refere a aquisições de bens e serviços suportados maioritariamente por financiamento público (FSE), passem a respeitar integralmente o preceituado no referido Código, sem prejuízo dos actos isentos destes procedimentos, nos termos da alínea f) do artº 5º daquele.

Assim, para além da boa prática que já vinha sendo efectuada, de levar para a necessária aprovação, aos órgãos internos da Fundação Alentejo, em sede de Plano de Actividade e Orçamento, o plano previsional de aquisição de serviços e bens e a posterior aplicação da metodologia de consulta prévia para a sua operacionalização e concretização, com autorizações específicas do sempre que tal se justificava, o Conselho de Administração da Fundação Alentejo determina que, enquanto entidade adjudicante, a FA sujeite a totalidade dos actos de aquisição de bens e serviços às normas do CCP, a partir de 01 de Agosto de 2011.

Para o efeito, será efectuada a aquisição do acesso e utilização da Plataforma Electrónica necessária.

Évora, 28 de Julho de 2011

Plo Conselho de Administração

A Presidente

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Fernanda Ramos', is written over a horizontal line. Below the signature, the name 'Fernanda Ramos' is printed in a small, sans-serif font.

Como se referiu, o Despacho que, na sequência da clarificação efectuada pelo IGFSE, começou a produzir efeitos em Agosto de 2011, mas já antes, conforme quadro abaixo, em situações específicas como foi o projecto do Colégio, a Fundação recorria ao formalismo do CCP. Com a generalização desta prática foi, inclusive contratado uma plataforma electrónica para a sua execução formal e substantivamente correcta.

Contratação Pública Decreto-Lei 18/2008, de 29 de Janeiro			
Nº do Proced.	Tipologia e Designação do Concurso	Data de lançamento do Proced.	Entidade Adjudicatária
1/2010/CF A	Ajuste Directo para Prestação de Serviços de Fiscalização da Obra de Construção do Colégio Fundação Alentejo	11/Nov./2010	HCI – Construções – S.A.
082/2011 – CFA/FA	Ajuste Directo para Prestação de Serviços de Fiscalização da Obra de Construção do Colégio Fundação Alentejo	04/Fev./2011	PÓRTICO – Gabinete de Engenharia, Lda
371/2011 – CFA/FA	Ajuste Directo para o Fornecimento de Mobiliário Escolar e Administrativo	03/Jun./2011	INTERESCRITÓRIO – Mobiliário Internacional Escritório, SA PERFILFORMA – Comércio de Equipamentos HAWORTH PORTUGAL – Mobiliário de Escritório, SA ABRAKADABRA – Equipamento Pré-escolar, Especial, Inicial e Básico
617/2011 – FA	Ajuste Directo da Prestação de Serviços de Portaria/Segurança em Instalações de Estabelecimentos Educativos	09/Ago./2011	PROSEGUR – Companhia de Segurança
01/2011 – CFA	Ajuste Directo Contratação de Plataforma Electrónica para Contratação Pública	05/Set./2011	GATEWIT Sourcing / Construlink

De igual forma, no sentido de reforçar as boas práticas, foi criado um link de “Contratação Pública” nas páginas on-line da nossa entidade (Fundação Alentejo e EPRAL), na qual são publicitados todos os procedimentos que vão sendo desenvolvidos ao longo do ano. O próximo passo será o da integração prospectiva, nessas mesmas páginas on-line, dos procedimentos a desencadear ao longo do ano civil.

Contudo permanecem, ainda, alguns fornecedores de serviço que foram contratados em data anterior ao referido Despacho, conforme quadro abaixo, sempre segundo a metodologia que foi referida.

Os serviços a que se reportam esses fornecimentos, no caso daqueles que seja justificável a aplicação das normas da contratação pública, à medida que termine o vínculo existente, serão objecto de procedimento formal, nos termos do CCP. Tenha-se, contudo presente que algumas dessas prestações de serviço têm enquadramento nas excepções previstas na Lei, pela sua natureza, oportunidade/urgência e, ainda, pela inexistência de concorrência.

Assim, o quadro abaixo, no qual são identificadas as situações existentes em 2011, algumas das quais tiveram início no ano anterior, configuram esta diversidade de situações e irão evoluir segundo as orientações do despacho interno antes apresentado.

MAPA RECAPITULATIVO DE FORNECEDORES > 5.000 €

FORNECEDOR	NIF	2010	2011 s/ iva
ARMAZENS MARVANEJO, LDA	501265791	7.382,00	7.997,56
BMW RENTING(PORTUGAL),LDA	504838270	6.969,00	9.026,02
CANON	507477740	27.416,00	23.918,70
CEDRA	502308486	115.496,00	94.092,68
CODEVISION	508033543		5.469,11
CONFORLIMPA, LDA	503172588	12.199,00	10.195,12
CORREIOS DE PORTUGAL	500077568	6.063,00	6.193,00
ECC	504457381	7.275,83	6.143,16
EDP- Comercial	503504564		5.724,39
EDP UNIVERSAL	507846044	68.091,00	55.371,55
EGO	505806002		5.604,07
FELÍCIO & ALMEIDA	503815217	82.849,00	11.682,22
FIDELIDADE	500918880	25.175,00	26.435,00
GRENKE RENTING, S.A.	508259509	54.588,00	63.166,67
HELICOIDAL,LDA	507158423		5.080,97
IBERDIGITAL	505807343	14.472,00	5.459,35
IKEA	505416654		5.853,17
J. M. CAMEIRÃO, LDA	508041031	49.201,00	40.800,00
JAIIME FAVA RICA	505600048	24.241,00	13.072,36
JOÃO ALVES ROSA	505233983	14.372,00	9.466,67
JOHNSON DIVERSEY S.A	500086753		9.807,48
JOSÉ ANTÓNIO LIAÇA	121532712		7.187,00
JUVENTUDE SPORT CLUBE	501167900	20.200,00	16.500,00
L.GRAÇA, R.CARVALHO & M.BORGES	505778530	14.425,00	11.970,73
MANUEL DA SILVA MATOS,LDA	501172017	5.397,00	8.656,91
MANUEL JOAQUIM CIPRIANO AFONSO	132478285	9.054,18	7.164,84
MANUEL NABEIRO,LDA	500853975		5.278,86
MULTIRENT, SA	503878642	6.620,00	6.533,33
PETROLEOS DE PORTUGAL	500697370	14.343,00	8.383,74
PIÇARRA, DISTRIB.JORNAIS, LDA	506754413	6.156,00	12.049,59
PORTUGAL TELECOM	504615947	28.124,00	15.808,94
PT PRIME	502840757	6.615,00	11.592,68
RENTSU	507739590	5.760,00	4.780,49
RIVITEX, LDA	500233080		6.686,18
SAVELIE SANDU	235702382		5.880,00
SILVA DIAS - ARQUITETOS , LDA	503465003	119.137,00	12.332,52
SOBRAL	508671922		7.537,40
SPAST, Lda	502095857	14.359,00	12.717,89
VOM, LDA	503354228		41.032,29
YUNIT SERVIÇOS, LDA	504977229		9.130,87

3. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

3.1 – Enquadramento

Abordam-se em seguida os factos mais relevantes ocorridos durante o exercício de 2011 relativamente aos aspetos de natureza económica e financeira.

3.2 – Investimento

Os ativos fixos da Fundação Alentejo encontram-se afetos às diversas atividades que esta desenvolve, conforme se pode ver no quadro seguinte:

(valores expressos em euros)

DESCRIÇÃO DOS INVESTIMENTOS	VALOR DE AQUISIÇÃO 01/01/2011	AUMENTOS (2011)	REDUÇÕES (2011)	VALOR DE AQUISIÇÃO 31/12/2011	COMPARTICIPAÇÃO		DEPRECIACÕES		
					PRIVADA	PÚBLICA	ACUMULADAS		EXERCÍCIO
							VALOR	%	
AT. F. TANGÍVEIS									
EPRAL	7.340.815,69	77.082,72	366.799,45	7.051.098,96	4.726.436,06	2.324.662,90	6.256.512,06	0,89	264.983,11
Fundação Alentejo	19129,36		282,93	190.936,43	190.936,43		190.936,43	1,00	
Outros Projetos	73.393,29		4.555,52	68.837,77	31608,17	37.229,60	68.837,77	1,00	
Colégio F. A.	382.496,77	3.592.264,65		3.974.761,42	3.974.761,42		122.556,29	0,03	122.556,29
Sub-Total	7.987.925,11	3.669.347,37	371.637,90	11.285.634,58	8.923.742,08	2.361.892,50	6.638.842,55	0,59	387.539,40
EM CURSO									
CITEFE	180.695,91			180.695,91	180.695,91				
Colégio F. A.	201971,30		201971,30						
Sub-Total	382.667,21	0,00	201.971,30	180.695,91	180.695,91	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	8.370.592,32	3.669.347,37	573.609,20	11.466.330,49	9.104.437,99	2.361.892,50	6.638.842,55	0,58	387.539,40

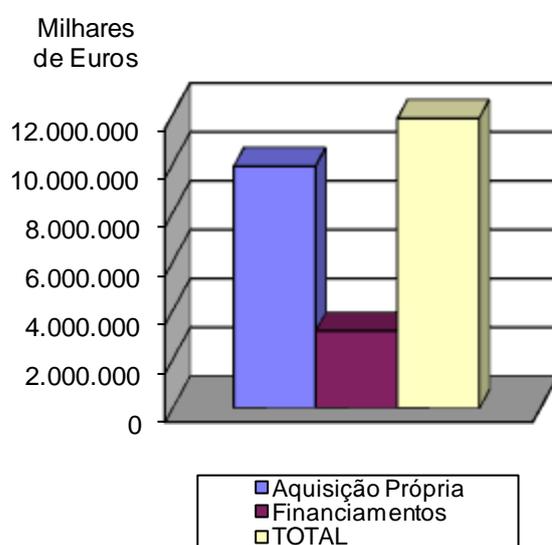
Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

Sendo que a maioria dos ativos estão afetos à EPRAL, tendo esta valência usufruído de investimento realizado em 2011, no montante de 77.082,72 €, a quase totalidade do investimento no exercício centrou-se na construção e no equipamento do Colégio da Fundação Alentejo, cifrando-se no montante de 3.592.264,56, ao qual acresce o montante de 382.496,77 € relativo à aquisição dos terrenos, concretizada no ano anterior, correspondendo no final do exercício o investimento nesta estrutura ao montante de 3.974.761,42 €, realizado através de capitais próprios bem como através da contratação de financiamento junto da Caixa Geral de Depósitos.

O peso das depreciações acumuladas relativamente às aquisições corresponde no final do exercício a 59%.

A gestão da Fundação Alentejo, para além da construção do Colégio, pretendeu dar continuidade à estratégia de reinvestimento, permitindo uma política de reequipamento, modernização e melhoria da qualidade das actividades operacionais. De facto, a evolução tecnológica dos equipamentos utilizados na formação é cada vez maior e entende-se que deve ser mantida a vantagem competitiva nas populações-alvo em que se prestam serviços, desejavelmente, de elevada qualidade.

O esforço financeiro acumulado efetuado pela Fundação Alentejo na aquisição do seu ativo fixo tangível ao longo dos anos pode ser visualizado no gráfico seguinte:



Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

Este indicador é revelador do enorme esforço de investimento da Instituição e da sua estratégia de dotação dos projetos com equipamentos de elevada qualidade, permitindo assim, manter um elevado nível técnico na formação ministrada, possibilitando às crianças, jovens formandos e adultos o acesso a recursos que irão constituir uma vantagem competitiva no momento da sua integração na vida activa.

De referir ainda que os ativos fixos tangíveis estão contabilizados ao respetivo custo de aquisição e as depreciações foram calculadas pelo método das quotas constantes às taxas máximas anuais legalmente permitidas.

As depreciações do exercício ascenderam a 387.539,40 Euros, tendo contribuído para o montante do auto-financiamento gerado no exercício, o qual ascendeu a 218.082 Euros, assim apurado:

AUTO FINANCIAMENTO	2011	2010
Resultado líquido do período	- 24.736,99 €	217.808,74 €
Depreciações do exercício	387.539,40 €	410.504,37 €
Subsídios p/investimentos	144.720,41 €	184.200,66 €
TOTAL	218.082,00 €	444.112,45 €

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

Os subsídios associados ao investimento tiveram no exercício de 2011 a seguinte movimentação:

Subsídios para Investimentos	2011	2010
Saldo Inicial	622.357,49 €	726.656,15 €
Subsídios atribuídos		79.902,00 €
Transferência para rendimentos	144.720,41 €	184.200,66 €
TOTAL	477.637,08 €	622.357,49 €

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

O saldo final de 2011 representa cerca de 4% do valor do ativo fixo tangível. Este saldo é anualmente transferido para rendimentos, na proporção das depreciações efetuadas.

3.3 – Endividamento perante as Instituições Financeiras

A evolução nominal do capital alheio ao qual a Fundação Alentejo recorreu incorpora financiamentos de curto, médio e longo prazo.

A utilização do financiamento bancário no exercício de 2011, sob a forma de conta caucionada e utilização de empréstimo específico para a construção do Colégio, pretendeu fazer face às necessidades reveladas pela tesouraria, traduzindo-se resumidamente na seguinte evolução:

	DESCRIÇÃO	2011	2010
+	Saldo inicial	2.480.000,00 €	1.772.000,00 €
+	Empréstimos obtidos	9.507.000,00 €	4.922.000,00 €
-	Amortizações empréstimos	7.110.500,00 €	4.214.000,00 €
	SALDO FINAL	4.876.500,00 €	2.480.000,00 €

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

A este montante devem ser acrescidos os saldos credores da conta de Depósitos à Ordem (no montante de 67.726,90), correspondendo o saldo final dos empréstimos bancários a 2.593.517,35 Euros em 2010 e a 4.944.226,90 Euros em 2011.

Neste sentido, verificou-se no final do exercício de 2011 um aumento bastante significativo do endividamento bancário, cerca de 90% relativamente a igual data do ano anterior. Tal facto deveu-se a dificuldades no recebimento atempado dos apoios contratados, bem como à utilização integral (2.500.000 €) do financiamento contratado para construção do Colégio.

No entanto, a capacidade de endividamento verificado devido a necessidades de tesouraria continua a evidenciar a capacidade de negociação que a Fundação Alentejo detém junto das Instituições Financeiras com as quais se vem relacionando ao longo da sua existência.

Este esforço de obtenção de fundos para a tesouraria não teve participação de qualquer entidade financiadora dos vários projetos de formação que a Fundação Alentejo promove e gerou, no ano de 2011, encargos financeiros que representam parte bastante significativa do total das despesas não participadas.

Deste modo, os gastos financeiros suportados durante o exercício, os quais foram totalmente financiados por receitas próprias da Fundação Alentejo, atingiram os seguintes montantes:

DESCRIÇÃO	2011	2010
Juros suportados	69.421,89 €	42.179,31 €
- Empréstimos M/L Prazo	24.407,78 €	- €
- Empréstimos c/ Prazo	43.848,73 €	37.738,60 €
- Outros juros	1.165,38 €	4.440,71 €
Outros gastos financiamento	16.619,95 €	19.852,51 €
TOTAL GASTOS FINANCIAMENTO	86.041,84 €	62.031,82 €

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

Como se verifica, registou-se um aumento em cerca de 39% dos gastos desta rubrica, devendo-se fundamentalmente à utilização do financiamento de médio e longo prazo, bem como aos frequentes atrasos das participações a receber do Fundo Social Europeu e da Segurança Social relativamente aos fundos, devidamente consignados nos orçamentos aprovados, para a gestão corrente dos vários projetos. De seguida apresenta-se a evolução ao nível do endividamento perante locadoras, nomeadamente Caixa Leasing.

	Locações Financeiras	2011	2010
+	Saldo inicial	51.794,07 €	93.287,80 €
+	Aumentos		5.894,13 €
-	Pagamentos	13.556,13 €	47.861,76 €
+/-	Regularizações	66,54 €	473,90 €
	SALDO FINAL	38.304,48 €	51.794,07 €

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

3.4 – Especialização de rendimentos e gastos

De acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e na sequência do critério seguido em anos anteriores, as contas apresentadas respeitam o princípio da especialização do exercício, sendo considerados todos os rendimentos e gastos da gestão do ano 2011, conforme se apresenta:

DESCRIÇÃO	2011	2010
Acréscimos de Rendimentos	- €	42.532,73 €
Comparticipações a receber	- €	42.532,73 €
- F.S.E. / Outras Entidades		42.532,73 €
Gastos a Reconhecer	30.796,63 €	26.619,95 €
Gastos diversos	30.796,63 €	26.619,95 €
TOTAL DOS ATIVOS	30.796,63 €	69.152,68 €
Acréscimos de Gastos	338.904,35 €	311.179,08 €
- Remunerações a liquidar	305.808,64 €	296.155,25 €
- Outros gastos	33.095,71 €	15.023,83 €
Rendimentos a Reconhecer	4.576.763,98 €	6.908.382,38 €
- Subsídios	4.569.051,38 €	6.907.065,90 €
- Outros rendimentos	7.712,60 €	1.316,48 €
TOTAL DOS PASSIVOS	4.915.668,33 €	7.219.561,46 €

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

A repartição dos “Subsídios”, correspondendo a apoios contratados, parcialmente executados no exercício de 2011, é a seguinte:

PEDIDOS DE FINANCIAMENTO APROVADOS		
Projeto nº 063290/2011/12	- Cursos Profissionais	2.837.757,05 €
Projeto nº 028947/2010/21	- R. V. C. C. - Évora	284.996,58 €
Projeto nº 028957/2010/21	- R. V. C. C. - Elvas	316.998,98 €
Projeto nº 037209/2010/22	- Cursos de Educação e Formação de Adultos	690.710,43 €
Projeto nº 038925/2010/22	- Cursos de Educação e Formação de Adultos	135.529,84 €
Projeto nº 037311/2010/23	- Formações Modulares Certificadas	258.423,35 €
Projeto nº 0071/Est/11	- Estágios Profissionais	25.661,93 €
Projeto nº 0145/EST/11	- Estágios Profissionais	15.851,41 €
Projeto nº 063/146/153/CEI/10	- Contrato Emprego Inserção	3.121,81 €
TOTAL		4.569.051,38 €

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

Relativamente aos passivos diferidos (rendimentos a reconhecer), deve ainda ser referido que o período de diferimento dos subsídios para investimentos é bastante mais dilatado do que nas restantes rubricas patrimoniais diferidas. Explica-se assim que, apesar de estes passivos apresentarem um valor substancialmente superior aos activos, não está em causa nenhum impacto ‘desequilibrado’ no resultado dos exercícios futuros.

3.5 – Responsabilidades de Terceiros

3.5.1 – Dívidas de terceiros

As dívidas a receber estão refletidas no quadro seguinte e comportam valores de projetos aprovados e serviços prestados cujo pagamento não tinha ainda sido colocado à disposição da Fundação Alentejo. O saldo da rubrica “Outros Devedores” engloba financiamentos a receber do FSE/MTSS, constituindo um forte condicionante à gestão dos compromissos assumidos pela Fundação Alentejo, só possível de cumprir atempadamente com recurso a crédito bancário (ver ponto 3.3).

Os serviços competentes da Fundação Alentejo estão a desenvolver os procedimentos adequados para garantirem o seu recebimento, e verificando-se a improbabilidade de recebimento de alguns valores, foi reconhecida uma imparidade para dívidas a receber no montante 10.076,99 €, relativa nomeadamente a dívidas de clientes, fornecedores e outros devedores diversos.

DÍVIDAS DE TERCEIROS	2011	2010
Estado e Outros Entes Públicos	505.659,32 €	62.951,07 €
Imposto sobre o rendimento		
Outros Impostos	505.659,32 €	62.951,07 €
Outros devedores	5.809.583,17 €	8.884.936,15 €
Clientes	13.519,77 €	10.043,25 €
Adiantamentos a fornecedores	1.366,38 €	1.366,38 €
Adiantamentos a colaboradores	1.447,68 €	1.647,68 €
Financiamentos aprovados e em execução	5.785.596,57 €	8.862.934,77 €
Formandos	3.770,42 €	7.477,13 €
Outros Devedores Diversos	3.882,35 €	1.466,94 €
TOTAL	6.315.242,49 €	8.947.887,22 €

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

De referir que o valor acima inscrito em “Financiamentos Aprovados” (5.785.596,57 €), o que representa 92% do total das Dívidas de Terceiros, é respeitante aos financiamentos contratados com o POPH.

Note-se que alguns dos devedores incluídos nesta rubrica regularizaram entretanto, já no exercício de 2012, parte dos respetivos saldos, nomeadamente na rubrica de outros impostos.

Após a continuação das diligências adequadas, bem como o normal funcionamento e execução dos projetos em atividade não se esperam dificuldades no recebimento da grande maioria destes valores.

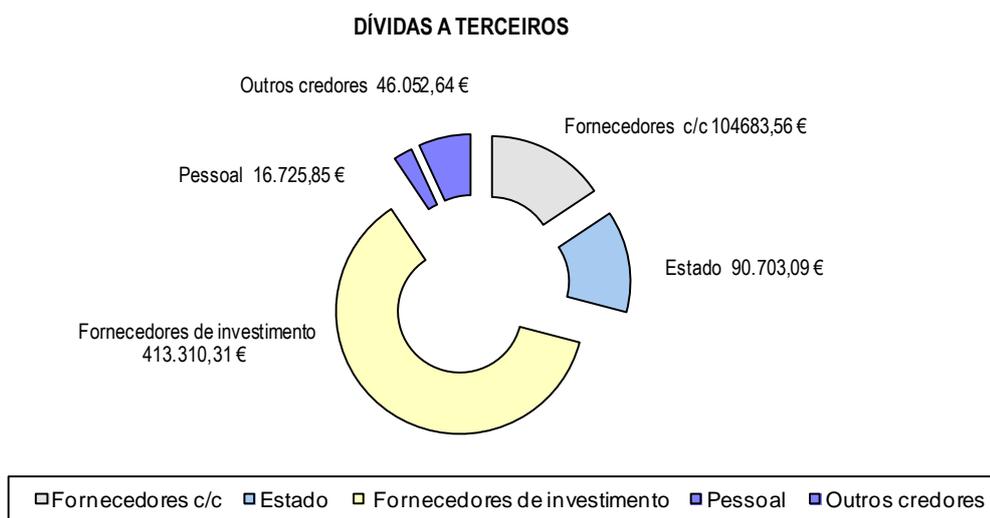
3.5.2 – Dívidas a terceiros

As dívidas a terceiros são essencialmente compostas por dívidas a fornecedores correntes e de investimento, Estado e outros credores, conforme se apresenta no quadro seguinte:

DÍVIDAS A TERCEIROS	2011	2010
Fornecedores c/c	104.683,56 €	88.782,80 €
Estado e Outros Entes Públicos	90.703,09 €	86.055,00 €
- Outros Impostos		
- Retenções efectuadas a terceiros	28.239,97 €	23.454,36 €
- IVA a pagar	321,28 €	5.919,35 €
- Contribuições p/Seg.Social	62.141,84 €	56.681,29 €
Outros credores	476.088,80 €	53.306,38 €
- Fornecedores de investimento	413.310,31 €	501,12 €
- Pessoal	16.725,85 €	4.228,54 €
- Outros credores diversos	46.052,64 €	48.576,72 €
TOTAL	671.475,45 €	228.144,18 €

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

Todos os valores e responsabilidades assumidas perante o Estado estão em situação regular, pelo que não há qualquer dívida em situação de mora.



Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

3.6 – Rendimentos do exercício

Relativamente aos rendimentos do exercício, apresenta-se o seguinte detalhe:

RENDIMENTOS	2011	2010
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	469.760,95 €	483.215,93 €
Receitas Diversos	20.442,80 €	24.383,50 €
A E C - Activ. Extra-Curriculares	293.170,00 €	342.490,00 €
Restaurante Vauban/Bar Escola	68.668,98 €	94.539,73 €
Utilização Instalações	7.995,94 €	9.923,78 €
Produções Artes Gráficas		158,68 €
Gestão e Organização de Projectos	13.309,25 €	11.720,24 €
Colégio Fundação Alentejo	66.173,98 €	
SUBSIDIOS À EXPLORAÇÃO	5.921.108,33 €	6.097.216,76 €
Fundo Social Europeu	4.125.818,27 €	4.234.919,14 €
Ministério da Educação		500,00 €
Segurança Social	1.768.207,86 €	1.814.965,34 €
I. E. F. P.	22.234,32 €	
Outros	4.847,88 €	46.832,28 €
REVERSÕES	12.921,73 €	10.701,26 €
OUTROS RENDIMENTOS	162.293,05 €	206.922,71 €
Venda de energia	10.476,70 €	9.993,10 €
Outros rendimentos suplementares	2.160,00 €	2.640,00 €
Imputação subs. p/ investimentos	144.720,41 €	184.200,66 €
Outros rendimentos diversos	4.935,94 €	10.088,95 €
TOTAL DE RENDIMENTOS	6.566.084,06 €	6.798.056,66 €

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

Os rendimentos sofreram um ligeiro decréscimo (4%), nomeadamente ao nível dos Subsídios à Exploração, refletindo a diminuição do número de formandos afetos à Epral.

O valor de outros rendimentos corresponde, essencialmente, ao montante de subsídios ao investimento especializados neste exercício.

3.7 – Gastos do exercício

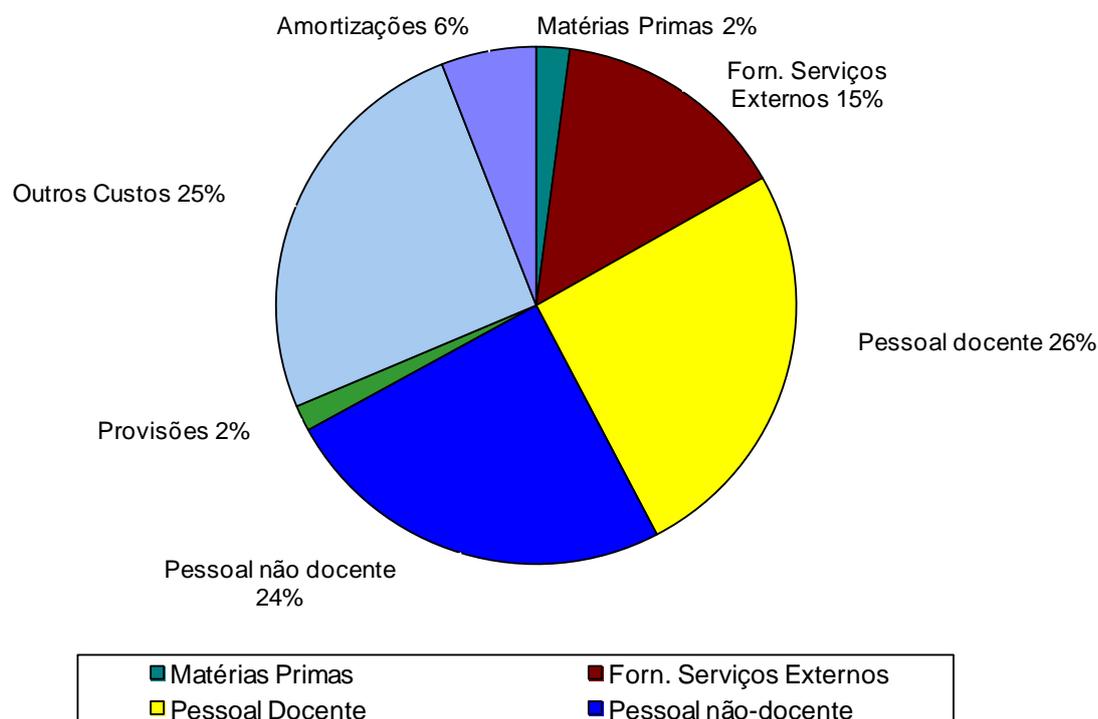
Seguidamente apresenta-se a estrutura dos gastos operacionais verificada no ano de 2011:

GASTOS DO EXERCÍCIO	2011	2010
GASTOS COM MERCADORIAS E MATERIAS CONSUMIDAS	136.335,33 €	140.859,87 €
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	969.303,30 €	1.095.570,83 €
Trabalhos especializados	143.730,38 €	146.500,00 €
Publicidade e propaganda	43.914,42 €	67.489,92 €
Vigilância e segurança	97.106,46 €	101.738,67 €
Honorários (pessoal externo)	105.706,41 €	143.752,73 €
Conservação e reparação	48.861,17 €	55.524,68 €
Ferramentas e utensilios de desgaste rápido	6.468,70 €	7.793,43 €
Livros e documentação técnica	1.219,28 €	4.191,34 €
Material de escritório	31.672,00 €	18.492,61 €
Artigos para oferta	1.817,30 €	1.646,55 €
Eletricidade	74.972,32 €	67.957,52 €
Combustíveis	10.384,96 €	14.559,03 €
Água	1.922,48 €	1.875,71 €
Outros fluidos	979,46 €	1.005,42 €
Deslocações e estadas	1.757,55 €	15.700,72 €
Transporte de mercadorias	827,34 €	658,46 €
Rendas e alugueres	240.203,78 €	226.702,85 €
Comunicação	44.199,19 €	49.519,07 €
Seguros	12.029,55 €	10.689,03 €
Contencioso e notariado	409,90 €	1.188,95 €
Despesas de representação	5.730,74 €	56.694,13 €
Limpeza, higiene e conforto	53.178,88 €	42.514,25 €
Ouros fornecimentos e serviços	42.211,03 €	59.375,76 €
GASTOS COM O PESSOAL	3.308.755,98 €	3.170.138,48 €
PERDAS POR IMPARIDADE	10.076,99 €	
PROVISÕES DO EXERCÍCIO	106.761,75 €	9.163,57 €
OUTROS GASTOS E PERDAS	1.586.006,46 €	1.691.978,98 €
Impostos diretos	172,55 €	158,17 €
Impostos indiretos	1.370,63 €	2.366,62 €
Gastos Diversos	15.193,91 €	22.135,20 €
Quotizações	2.251,40 €	3.821,40 €
Encargos c/ Formandos	1.567.017,97 €	1.663.497,59 €
Alimentação	787.927,78 €	862.387,71 €
Deslocações	144.438,36 €	183.276,50 €
Alojamento	257.838,98 €	295.188,14 €
Bolsas de Formação	356.255,52 €	306.096,33 €
Outros Encargos	20.557,33 €	16.548,91 €
DEPRECIAÇÕES DO EXERCÍCIO	387.539,40 €	410.504,37 €
Ativos fixos tangíveis	387.539,40 €	410.504,37 €
Edifícios e outras construções	221.248,32 €	164.902,86 €
Equipamento básico	100.252,87 €	174.922,49 €
Equipamento de transporte	20.850,72 €	20.850,72 €
Equipamento Administrativo	28.384,44 €	25.044,16 €
Outros ativos fixos tangíveis	16.803,05 €	24.784,14 €
GASTOS DE FINANCIAMENTO	86.041,84 €	62.031,82 €
TOTAL GASTOS	6.590.821,05 €	6.580.247,92 €

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

Embora os gastos do exercício contenham os gastos operacionais da nova valência Colégio da Fundação Alentejo, cuja atividade teve início em setembro de 2011, o total dos gastos do exercício não sofreu alteração significativa relativamente ao exercício anterior, dado que o aumento verificado na rubrica "Gastos com Pessoal", foi atenuado pelo decréscimo verificado nas restantes rubricas, devido nomeadamente à redução do número de formandos referida no ponto 3.6.

De referir, que de acordo com os normativos legais, no corrente exercício foi constituída uma provisão para processos judiciais em curso no montante de 97.989,24 €.



Fonte: DSCT/Fundação Alentejo

3.8 – Resultados do exercício

Para o desempenho alcançado no decurso do ano, aquém do previsto no Plano de Actividades para o exercício de 2011, contribuíram significativamente os Resultados operacionais e financeiros verificados:

EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2011		
DESCRIÇÃO	PREVISTO	REALIZADO
Resultados Operacionais	168.794,55	61.304,85
Resultados Financeiros	(59.994,27 €)	(86.041,84 €)
Resultado líquido do período	108.800,28	(24.736,99 €)

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

Assim, os resultados apresentados no presente exercício económico traduzem o rigor com que são geridos os recursos colocados à disposição dos projectos da Fundação Alentejo e do seu estabelecimento de ensino, a EPRAL.

Integrado na conta de exploração da Fundação Alentejo, encontra-se o Departamento Vauban/Bar das Escolas (Pólos de Estremoz e Elvas). Apresenta-se de seguida o detalhe dos seus rendimentos e gastos e respetivo Resultado Líquido de Exploração no período:

VAUBAN/BARES DA ESCOLA	Total
Prestações de Serviços	68.668,98 €
Custo de Mercadorias	-54.052,50 €
Fornecimentos e serviços externos	-2.378,07 €
Gastos com o pessoal	-196,36 €
Resultado líquido do período	12.042,05 €

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Quanto ao resultado líquido negativo verificado no período, conforme referido anteriormente, no montante de 24.736,99 Euros, apurado de acordo com as demonstrações financeiras anexas a este relatório, propõe-se que transite para a conta de Resultados Transitados.

5. NOTA FINAL

O Conselho de Administração pretende, na conclusão do presente Relatório, expressar o seu reconhecimento e agradecimento a todos quantos, de forma direta ou indireta, contribuíram para o normal desempenho da atividade da Fundação.

Assim:

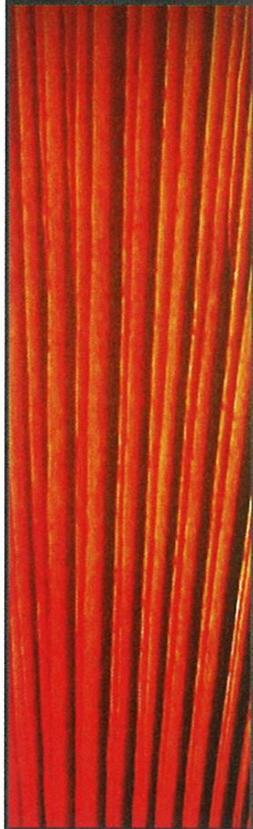
- Aos Colaboradores, que se empenharam neste projeto com toda a sua dedicação, continuando a Instituição a contar com todos para desenvolvimento dos seus projetos;
- Aos Alunos, Encarregados de Educação e aos Clientes, pela aposta na formação e nos serviços que esta Fundação presta;
- Às Entidades Institucionais, pelo apoio e disponibilidade demonstrada ao longo deste ano;
- Aos Fornecedores e Instituições Financeiras, pela colaboração e compreensão demonstradas;
- Ao Conselho Fiscal e ao Conselho Geral, pelo diálogo e cooperação que sempre disponibilizaram.

A todos um agradecimento e o reconhecimento pelo seu contributo para a consolidação e afirmação deste projecto ao serviço do Alentejo e dos Alentejanos.

Évora, Março de 2012

BALANÇO

Em 31 de Dezembro de 2011



BALANÇO

valores expressos em euros

CÓDIGO DE CONTAS	RUBRICAS	Notas	Datas	
			31.12.2011	31.12.2010
	ATIVO			
	Activo não corrente			
43+453+455-459	Ativos fixos tangíveis	5/6	4.827.487,94	1.747.651,27
41	Investimentos financeiros		3.493,00	3.493,00
			4.830.980,94	1.751.144,27
	Activo corrente			
32+33+34+35+36+39	Inventários	9	7.982,64	3.754,98
21+212-219	Clientes	15	8.289,71	10.043,25
228-229+2713-279	Adiantamentos a fornecedores			1.366,38
24	Estado e outros entes públicos	15/18	505.659,32	62.951,07
232+238-239+2721+278-279	Outras contas a receber	12/15	5.791.216,47	8.916.059,25
281	Diferimentos	18	30.796,63	26.619,95
1+12+3	Caixa e depósitos bancários	4	6.291,79	8.238,43
			6.350.236,56	9.029.033,31
	Total do Ativo		11.181.217,50	10.780.177,58
	FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
	Fundos			
551	Reservas		11.099,35	11.099,35
56	Resultados transitados		(170.142,61)	(387.951,35)
59	Outras variações nos fundos patrimoniais	12	513.110,58	657.830,99
818	Resultado líquido do período		(24.736,99)	217.808,74
	Total do fundo de capital		329.330,33	498.787,73
	PASSIVO			
	Passivo não corrente			
29	Provisões	11	282.212,01	188.371,99
25	Financiamentos obtidos	7	2.524.483,39	38.206,48
			2.806.695,40	226.578,47
	Passivo corrente			
221+222+225	Fornecedores	15	104.683,56	88.782,80
24	Estado e outros entes públicos	15/18	90.703,09	86.055,00
25	Financiamentos obtidos	6/7/15	2.458.047,99	2.607.104,94
231+238+2711+2712+2722+278	Outras contas a pagar	15	814.993,15	364.486,26
282+283	Diferimentos	12/18	4.576.763,98	6.908.382,38
			8.045.191,77	10.054.811,38
	Total do Passivo		10.851.887,17	10.281.389,85
	Total dos fundos patrimoniais e do Passivo		11.181.217,50	10.780.177,58

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Exercício de 2011



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

valores expressos em euros

CÓDIGO DE CONTAS	RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos		
			2011	2010	
+71+72	Vendas e serviços prestados	+	10	469.760,95	483.215,93
+75	Subsídios, doações e legados à exploração	+	10/12	5.921.108,33	6.097.216,76
-61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	9	(136.335,33)	(140.859,87)
-62	Fornecimentos e serviços externos	-	18	(969.303,30)	(1.095.570,83)
-63	Gastos com pessoal	-	16	(3.308.755,98)	(3.170.138,48)
-65+7621	Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+	8	(10.076,99)	
-67+763	Provisões (aumentos/reduções)	-/+	11	(93.840,02)	1.537,69
+78(excepto 785)+79!(excepto 7915)+798	Outros rendimentos e ganhos	+	10	162.293,05	206.922,71
-68(excepto 685)-6918-6928-6988	Outros gastos e perdas	-		(1.586.006,46)	(1.691.978,98)
	Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		448.844,25	690.344,93
-64+761	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	5	(387.539,40)	(410.504,37)
	Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		61.304,85	279.840,56
-6911-6921+6981	Juros e gastos similares suportados	-	7	(86.041,84)	(62.031,82)
811	Resultado antes de impostos	=		(24.736,99)	217.808,74
812	Imposto sobre rendimento do período	-/+			
818	Resultado liquido do período	=		(24.736,99)	217.808,74

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo



**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES
NOS FUNDOS PATRIMONIAIS**

Demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais no exercício de 2010

(Valores expressos em euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe									Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2010	1			11.099,35	(525.081,89)			762.129,65	175.615,30	423.762,41		423.762,41
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adoção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis												
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					137.130,54			(104.298,66)	(175.615,30)	(142.783,42)		(142.783,42)
	2				137.130,54			(104.298,66)	(175.615,30)	(142.783,42)		(142.783,42)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3								217.808,74	217.808,74		217.808,74
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3								42.193,44	42.193,44		42.193,44
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												
Realizações de prémios de emissão												
Subsídios, doações e legados												
Outras operações												
	5											
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2010	6=1+2+3+5			11.099,35	(387.951,35)			657.830,99	217.808,74	498.787,73		498.787,73

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

Demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais no exercício de 2011

(valores expressos em euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe									Interesses minoritários	Total dos fundos patrimoniais
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2011	6			11.099,35	(387.951,35)			657.830,99	217.808,74	498.787,73		498.787,73
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adoção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis												
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					217.808,74			(144.720,41)	(217.808,74)	(144.720,41)		(144.720,41)
	7				217.808,74			(144.720,41)	(217.808,74)	(144.720,41)		(144.720,41)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8								(24.736,99)	(24.736,99)		(24.736,99)
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8								(242.545,73)	(242.545,73)		(169.457,40)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												
Subsídios, doações e legados												
Outras operações												
	10											
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2011	11=6+7+8+10			11.099,35	(170.142,61)			513.110,58	(24.736,99)	329.330,33		329.330,33

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo



**DEMONSTRAÇÃO DE
FLUXOS DE CAIXA**
Exercício de 2011

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

(valores expressos em euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		Dez-11	Dez-10
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes	15	478.920,33	592.349,54
Pagamentos de subsídios	15	1.207.837,14	1.355.223,80
Pagamentos de bolsas	15	356.255,52	306.096,33
Pagamentos a fornecedores	15	1.095.297,06	1.164.540,14
Pagamentos ao pessoal	16	3.276.570,56	3.162.814,96
Caixa gerada pelas operações		(5.457.039,95)	(5.396.325,69)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos	15/18	6.239.005,58	5.211.164,73
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		781.965,63	(185.160,96)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	5	3.054.566,88	652.854,00
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			4.924,00
Subsídios ao investimento			79.902,00
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(3.054.566,88)	(568.028,00)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	7	2.337.219,96	757.952,27
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares	7	66.565,35	61.051,34
Dividendos			
Reduções de fundos			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		2.270.654,61	696.900,93
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(1.946,64)	(56.288,03)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4/7	8.238,43	64.526,46
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4/7	6.291,79	8.238,43

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**



1 – Identificação da Entidade

1.1 – FUNDAÇÃO ALENTEJO

1.2 – Sede: Avenida Dinis Miranda, 116 7005-140 Évora

1.3 – NIPC: 502978481

1.4 - Natureza da atividade: Desenvolvimento da educação e qualificação profissional dos recursos humanos, nos termos do Decreto-Lei nº. 4/98, de 8 de Janeiro.

1.5 - Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2. Referencial Contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas as normas que integram a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL) DL. nº. 36-A/2011 de 09/03. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de demonstrações financeiras (Portaria nº. 105/2011 de 14/03), o Código de Contas (Portaria nº. 106/2011 de 14/03) e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (Aviso nº. 6726-B/2011).

Sempre que na presente norma existam remissões para as Normas Internacionais de Contabilidade, entende-se que estas se referem às adotadas pela União Europeia nos termos do Regulamento (CE) nº. 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho e em conformidade com o texto original do Regulamento (CE) nº. 1126/2008 da Comissão, de 3 de novembro.

Sempre que esta Norma não responda a aspetos particulares que se coloquem em matéria de contabilização ou relato financeiro de transações ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a entidade deverá recorrer, tendo em vista tão-somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada:

- a) Às NCRF e Normas Interpretativas (NI);
- b) Às Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento nº. 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho;
- c) Às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB, e respetivas Interpretações (SIC e IFRIC);

2.2 - Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista à

necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Não existem conteúdos que não sejam comparáveis com o exercício anterior.

3. Principais Políticas Contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de activos fixos tangíveis.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no itens “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”, consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros noutras empresas, onde a entidade não exerce qualquer influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais são registados pelo método do custo.

- Imposto sobre o rendimento

A entidade encontra-se isenta de IRC.

- Inventários

Os inventários encontram-se valorizados a custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, e a custos de conversão. Não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outras contas a receber” estão reconhecidos pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

- Caixa e depósitos bancários

Este item rubrica inclui caixa e depósitos à ordem em Bancos. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com objectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, o Órgão de Gestão procura sustentar as suas expectativas de perdas num ambiente de prudência.

- Fornecedores e Outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os financiamentos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efectiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os financiamentos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados de acordo com a NCRF 9 - Locações, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para este tipo de ativo. Por outro lado, as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato são reconhecidas no passivo pelo valor presente dos pagamentos mínimos da locação.

Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto na NCRF 20, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e os todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

- Subsídios relacionados com ativos depreciables

Os subsídios ao investimento relacionados com ativos depreciables são apresentados no fundo patrimonial e imputados a rendimentos numa base sistemática e à medida das depreciações praticadas sobre os mesmos ativos.

3.2 Outras políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF.

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável. À data de 31 de Dezembro de 2011 existe evidência suficientemente fiável para a criação de imparidades.

3.3 Juízos de valor (exceptuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacte nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

O Órgão de Gestão teve como base para aplicação de políticas contabilísticas o que é referido nas NCRF. Não foram necessários juízos de valor para a aplicação de políticas contabilísticas.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

3.5 Principais fontes de incerteza das estimativas

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

4. Fluxos de Caixa

4.1 Comentário do órgão de Gestão sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Todas as quantias evidenciadas no Balanço, a 31 de Dezembro de 2011, estão disponíveis para uso.

4.2 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

(valores expressos em euros)

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31.12.2011			31.12.2010		
		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa	Numerário	1.805,21		1.805,21	2.664,04		2.664,04
	Subtotais	1.805,21		1.805,21	2.664,04		2.664,04
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	4.486,58		4.486,58	5.574,39		5.574,39
	Subtotais	4.486,58		4.486,58	5.574,39		5.574,39
Totais		6.291,79		6.291,79	8.238,43		8.238,43

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método directo.

5. Ativos Fixos Tangíveis

5.1 Bases de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009 (data de transição para NCRF), encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações.

Na transição manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo.

Nesta data, os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. As despesas com a manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

5.2 Métodos de depreciação usados

As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha reta fracionada em duodécimos.

5.3 As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos activos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis
	Terrenos	Edifícios				
Vidas úteis		20	1 a 6	4	1 a 6	1 a 6
Taxas de depreciação		5,00%	16,66% a 100%	25,00%	16,66% a 100%	16,66% a 100%
Métodos de depreciação		Duodécimos	Duodécimos	Duodécimos	Duodécimos	Duodécimos

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

5.4 Quantias escrituradas brutas e as depreciações acumuladas (agregadas com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período

5.4.1 Quantias escrituradas brutas

(valores expressos em euros)

Activos fixos tangíveis: quantias brutas escrituradas	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Totais
		Terrenos	Edifícios						
Em 01.01.2010	82.445,91	144.825,95	3.298.057,19	3.172.085,62	245.435,14	642.586,74	184.478,28	180.695,91	7.950.610,74
Adições	300.050,86			126.247,58		12.214,80	12.870,58	201.971,30	653.355,12
Revalorizações									
Transferências									
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda									
Alienações									
Sinistros									
Abates				(171.773,78)	(55.266,81)	(6.332,95)			(233.373,54)
Outras alterações									
Em 31.12.2010 (01.01.2011)	382.496,77	144.825,95	3.298.057,19	3.126.559,42	190.168,33	648.468,59	197.348,86	382.667,21	8.370.592,32
Adições			3.380.727,39	248.941,28		31.900,24	7.778,46	3.178.756,09	6.848.103,46
Revalorizações									
Transferências								(3.380.727,39)	(3.380.727,39)
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda									
Alienações									
Sinistros									
Abates				(326.835,99)		(44.556,91)	(245,00)		(371.637,90)
Outras alterações									
Em 31.12.2011	382.496,77	144.825,95	6.678.784,58	3.048.664,71	190.168,33	635.811,92	204.882,32	180.695,91	11.466.330,49

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

5.4.2 Depreciações acumuladas

(valores expressos em euros)

Depreciações de activos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Totais
Acumuladas em 01.01.2010	(2.482.214,60)	(3.063.263,20)	(190.842,70)	(599.783,48)	(109.706,24)	(6.445.810,22)
Reforços	(164.902,86)	(174.922,49)	(20.850,72)	(25.044,16)	(24.784,14)	(410.504,37)
Reversões						
Revalorizações						
Transferências						
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda						
Alienações						
Sinistros						
Abates		171.773,78	55.266,81	6.332,95		233.373,54
Outras alterações						
Acumuladas em 31.12.2010 (01.01.2011)	(2.647.117,46)	(3.066.411,91)	(156.426,61)	(618.494,69)	(134.490,38)	(6.622.941,05)
Reforços	(221.248,32)	(100.252,87)	(20.850,72)	(28.384,44)	(16.803,05)	(387.539,40)
Reversões						
Revalorizações						
Transferências						
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda						
Alienações						
Sinistros						
Abates		326.835,99		44.556,91	245,00	371.637,90
Outras alterações						
Acumuladas em 31.12.2011	(2.868.365,78)	(2.839.828,79)	(177.277,33)	(602.322,22)	(151.048,43)	(6.638.842,55)

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

5.5 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostra as adições, as alienações, as amortizações, as perdas por imparidade e outras alterações

(valores expressos em euros)

Ativos fixos tangíveis		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Totais
			Terrenos	Edifícios						
Em 01/01/2010	Quantias brutas escrituradas	82.445,91	144.825,95	3.298.057,19	3.172.085,62	245.435,14	642.586,74	184.478,28	180.695,91	7.950.610,74
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas			(2.482.214,60)	(3.063.263,20)	(190.842,70)	(599.783,48)	(109.706,24)		(6.445.810,22)
	Quantias líquidas escrituradas	82.445,91	144.825,95	815.842,59	108.822,42	54.592,44	42.803,26	74.772,04	180.695,91	1.504.800,52
Adições		300.050,86			126.247,58		12.214,80	12.870,58	201.971,30	653.355,12
Revalorizações										
Transferências										
Reclassificações para ativos não correntes detidos para venda										
Alienações, sinistros e abates					(171.773,78)	(55.266,81)	(6.332,95)			(233.373,54)
Outras alterações										
Depreciações				(164.902,86)	(174.922,49)	(20.850,72)	(25.044,16)	(24.784,14)		(410.504,37)
Regularizações transferências										
Perdas por imparidade										
Em 31/12/2010 (01/01/2011)	Quantias brutas escrituradas	382.496,77	144.825,95	3.298.057,19	3.126.559,42	190.168,33	648.468,59	197.348,86	382.667,21	8.370.592,32
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas			(2.647.117,46)	(3.066.411,91)	(156.426,61)	(618.494,69)	(134.490,38)		(6.622.941,05)
	Quantias líquidas escrituradas	382.496,77	144.825,95	650.939,73	60.147,51	33.741,72	29.973,90	62.858,48	382.667,21	1.747.651,27
Adições				3.380.727,39	248.941,28		31.900,24	7.778,46	3.178.756,09	6.848.103,46
Revalorizações										
Transferências									(3.380.727,39)	(3.380.727,39)
Reclassificações para ativos não correntes detidos para venda										
Alienações, sinistros e abates					(326.835,99)		(44.556,91)	(245,00)		(371.637,90)
Outras alterações										
Depreciações				(221.248,32)	(100.252,87)	(20.850,72)	(28.384,44)	(16.803,05)		(387.539,40)
Regularizações										
Perdas por imparidade										
Em 31/12/2011	Quantias brutas escrituradas	382.496,77	144.825,95	6.678.784,58	3.048.664,71	190.168,33	635.811,92	204.882,32	180.695,91	11.466.330,49
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas			(2.868.365,78)	(2.839.828,79)	(177.277,33)	(602.322,22)	(151.048,43)		(6.638.842,55)
	Quantias líquidas escrituradas	382.496,77	144.825,95	3.810.418,80	208.835,92	12.891,00	33.489,70	53.833,89	180.695,91	4.827.487,94

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

5.6 Depreciações, reconhecidas nos resultados ou como parte de gastos de outros ativos, durante o período

Durante o exercício, não foram reconhecidas depreciações de ativos fixos tangíveis como parte de gastos de outros ativos estando incluídas na totalidade na demonstração de resultados por naturezas, na linha dos Gastos/reversões de depreciação e de amortização.

(valores expressos em euros)

Depreciações reconhecidas nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos		Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Totais
Período 2011	Depreciações reconhecidas nos resultados	221.248,32	100.252,87	20.850,72	28.384,44	16.803,05	387.539,40
	Depreciações que integram o custo de outros ativos						
Período 2010	Depreciações reconhecidas nos resultados	164.902,86	174.922,49	20.850,72	25.044,16	24.784,14	410.504,37
	Depreciações que integram o custo de outros ativos						

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

5.7 Itens do ativo fixo tangível expressos por quantias revalorizadas

Não existem ativos fixos tangíveis expressos por quantias revalorizadas.

6. Locação Financeira

6.1 Mensuração

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos.

Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

6.2 A quantia escriturada líquida à data do balanço, para cada categoria de ativos:

(valores expressos em euros)

Ativos que se encontram a ser financiados através de contratos de locação financeira, respetivas quantias escrituradas líquidas e rendas contingentes reconhecidas como gasto no período		Locações financeiras em vigor				Período 2011		Período 2010	
		Entidade locadora	Identificação do contrato	Prazo da locação		Quantias escrituradas líquidas dos activos locados em 31.12.2011	Rendas contingentes reconhecidas como gasto no período	Quantias escrituradas líquidas dos activos locados em 31.12.2010	Rendas contingentes reconhecidas como gasto no período
				Começo	Fim				
Ativos fixos tangíveis	Kit Fotovoltaico	GGD	346474	20-01-2009	20-12-2014	35.488,63		47.308,71	
	Armário Frigorífico/Cutter	CGD	100000898	10-01-2010	10-12-2012	3.639,60		4.548,96	
	Subtotais					39.128,23		51.857,67	
Totais						39.128,23		51.857,67	

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

6.3 Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente, para cada um dos seguintes períodos:

(valores expressos em euros)

Reconciliação entre os futuros pagamentos mínimos das locações financeiras e respectivos valores presentes	31.12.2011			31.12.2010			Valores presentes à data do balanço dos futuros pagamentos mínimos das locações
	Futuros pagamentos mínimos das locações	Diferença entre os futuros pagamentos mínimos das locações e respectivos valores presentes		Futuros pagamentos mínimos das locações	Diferença entre os futuros pagamentos mínimos das locações e respectivos valores presentes		
		Gastos financeiros	Outras		Gastos financeiros	Outras	
Até 1 ano	14.526,90	705,81		13.821,09	14.349,66	762,07	13.587,59
Entre 1 e 5 anos	24.986,32	502,93		24.483,39	39.110,98	904,50	38.206,48
Totais	39.513,22	1.208,74		38.304,48	53.460,64	1.666,57	51.794,07

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

7. Custos de empréstimos obtidos

7.1 Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos

Não existem custos de empréstimos obtidos que sejam directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo razão pela qual a política contabilística adoptada pela entidade passa por reconhecer os custos dos empréstimos obtidos como gastos no período.

7.2 Divulgação dos empréstimos correntes e não correntes

(valores expressos em euros)

Instituições de Crédito e Outras Entidades Financiamento	31/12/2011			31/12/2010		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
<u>Empréstimos</u>						
Caixa Geral de Depósitos	2.376.500,00	2.500.000,00	4.876.500,00	2.480.000,00		2.480.000,00
Sub Total	2.376.500,00	2.500.000,00	4.876.500,00	2.480.000,00	0,00	2.480.000,00
<u>Descobertos Bancários</u>						
Caixa Geral de Depósitos	67.726,90		67.726,90	113.517,35		113.517,35
Sub Total	67.726,90	0,00	67.726,90	113.517,35	0,00	113.517,35
<u>Locação Financeira</u>						
Caixa Geral de Depósitos	13.821,09	24.483,39	38.304,48	13.587,59	38.206,48	51.794,07
Sub Total	13.821,09	24.483,39	38.304,48	13.587,59	38.206,48	51.794,07
Total	2.458.047,99	2.524.483,39	4.982.531,38	2.607.104,94	38.206,48	2.645.311,42

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

7.3 Outros

(valores expressos em euros)

GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	31/12/2011	31/12/2010	JUROS, DIVIDENDOS E OUTROS RENDIMENTOS	31/12/2011	31/12/2010
Juros Suportados	69.421,89	42.179,31	Juros Obtidos		
Outros Gastos e Perdas	16.619,95	19.852,51	Outros		
Total	86.041,84	62.031,82	Total	0,00	0,00

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

8. Imparidade de Ativos

Verificando-se a evidência suficientemente fiável para a criação de imparidades, foram reconhecidas as seguintes imparidades:

(valores expressos em euros)

Quantias das perdas por imparidade e respetivas reversões reconhecidas durante o período			Clientes	Outros devedores	Ativos não correntes detidos para venda	Totais
Período 2011	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Aumentos	5.230,06	4.846,93		10.076,99
		Reversões				
		Totais	5.230,06	4.846,93		10.076,99
Período 2010	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Aumentos				
		Reversões				
		Totais				

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

9. Inventários

9.1 As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada

Os inventários foram valorizados ao custo, incluindo todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

Mais concretamente as matérias-primas, subsidiárias e de consumo e as mercadorias estão mensuradas ao custo de aquisição, compreendendo o preço de compra, gastos de transporte e manuseamento, deduzido dos descontos e abatimentos.

9.2 A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de inventários	31.12.2011			31.12.2010		
	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias (líquidas) escrituradas	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias (líquidas) escrituradas
Mercadorias	7.982,64		7.982,64	3.754,98		3.754,98
Totais	7.982,64		7.982,64	3.754,98		3.754,98

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

9.3 Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

(valores expressos em euros)

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período			Período 2011			Período 2010			
			Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais	
Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	Inventários no começo do período	+	3.754,98		3.754,98	2.966,91		2.966,91	
	Compras	Compras	+	57.463,76	83.667,52	141.131,28	58.438,60	83.643,89	142.082,49
		Devoluções de compras	-	(568,29)		(568,29)	(434,55)		(434,55)
		Descontos e abatimentos em compras	-						
	Inventários no fim do período	-	7.982,64		7.982,64	3.754,98		3.754,98	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		=	52.667,81	83.667,52	136.335,33	57.215,98	83.643,89	140.859,87	
Totais		=	52.667,81	83.667,52	136.335,33	57.215,98	83.643,89	140.859,87	

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

10. Réditos

10.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transacções que envolvem a prestação de serviço contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos, iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transacções fluam para a empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

O Rédito dos juros é reconhecido pelo método do juro efetivo.

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

10.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período

(valores expressos em euros)

Quantias dos réditos reconhecidas no período	Período 2011			Período 2010		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Venda de bens						
Prestação de serviços	469.760,95	100,00%	(2,78%)	483.215,93	100,00%	0,14%
Totais	469.760,95	100,00%	(2,78%)	483.215,93	100,00%	0,14%

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

(valores expressos em euros)

Provisões		Processos judiciais em curso	Outras provisões	Totais
Acumuladas em 01.01.2010			189.909,68	189.909,68
Aumentos	Por reforço de provisões já reconhecidas em períodos anteriores		9.163,57	9.163,57
Reduções	Quantias revertidas no período		(10.701,26)	(10.701,26)
Acumuladas em 31.12.2010 (01.01.11)			188.371,99	188.371,99
Aumentos	Por reforço de provisões já reconhecidas em períodos anteriores		8.772,51	8.772,51
	Por novas provisões	97.989,24		97.989,24
	Quantias revertidas no período		(12.921,73)	(12.921,73)
Acumuladas em 31.12.11		97.989,24	184.222,77	282.212,01

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

Durante o exercício de 2011, foi constituída uma provisão para processos judiciais em curso, em conformidade com os processos n.ºs. 14/11.5TTEVR, 429/11.9TTEVR e 431/11.0TTEVR, do Tribunal do Trabalho de Évora, no valor de 97.989,24 €.

Foi ainda efetuado o reforço da provisão constituída no exercício de 2008 de acordo com a atualização notificada pelo Tribunal do Trabalho de Évora para o corrente exercício relativamente ao processo n.º. 26/07.3TTEVR no valor de 8.772,51 €. No mesmo sentido foi feita a reversão, no valor de 12.921,73 €, de acordo com a referida atualização.

12. Subsídios do Governo e Apoio do Governo

12.1 Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração de resultados na parte proporcional aos gastos incorridos.

Os subsídios atribuídos para financiamento de ativos tangíveis e/ou intangíveis são registados inicialmente no Fundo Patrimonial e reconhecidos na demonstração dos resultados por naturezas na mesma proporção das depreciações/amortizações do exercício dos ativos subsidiados.

12.2 Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou.

(valores expressos em euros)

Relação dos subsídios obtidos			Medida de incentivo				Período de concessão		Quantias concedidas		
			Medida	Entidade concedente	Objecto do incentivo	Forma de concessão	Começo	Fim	Já recebidas	Por receber	Total
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com activos	Évora - Lote 17	FEDER	C.C.R.A.	Aquisição de instalações	Subsídio ao investimento	17-03-1994	31-12-2013	180.849,20		180.849,20
		Évora - Lote 18	FEDER	PRODEP	Aquisição de instalações	Subsídio ao investimento	21-09-1994	31-12-2013	154.353,02		154.353,02
		Estremoz	FEDER	PRODEP	Aquisição de instalações	Subsídio ao investimento	02-10-1997	31-12-2016	129.828,88		129.828,88
		Imóveis	M. E.	D.E.S.	Aquisição de instalações	Subsídio ao investimento	26-10-1998	31-12-2016	126.026,39		126.026,39
		Kit Tecnológico	1.5	POPH	Aquisição de equipamento	Subsídio ao investimento	22-04-2010	22-03-2014		79.902,00	79.902,00
	Subtotais								591.057,49	79.902,00	670.959,49
	Subsídios à exploração	Ensino Profissional	1.2	POPH	Formação	Subsídio à exploração	01-09-2011	31-08-2012		3.744.631,45	3.744.631,45
		E.F.A.	2.2	POPH	Formação	Subsídio à exploração	19-04-2010	20-04-2012	1.071.604,28	909.739,71	1.981.343,99
		C.R.V.C.C.	2,1	POPH	Formação	Subsídio à exploração	01-01-2010	31-03-2012	1.012.828,49	779.092,58	1.791.921,07
		C.E.I./EST	5.4	IEFP	Emprego	Subsídio à exploração	02-08-2010	04-10-2012	25.774,91	41.445,92	67.220,83
F.M.C.		2,3	POPH	Formação	Subsídio à exploração	08-11-2010	30-06-2012	298.356,30	230.784,91	529.141,21	
Subtotais								2.408.563,98	5.705.694,57	8.114.258,55	
Totais								2.999.621,47	5.785.596,57	8.785.218,04	

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

(valores expressos em euros)

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço			Período 2011					Período 2010				
			Demonstração dos resultados		Balanço			Demonstração dos resultados		Balanço		
			Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)	Reconhecidas no passivo		Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)	Reconhecidas no passivo	
						Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar				Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar
Subsídios relacionados com activos	Investimentos		144.720,41	477.637,08			184.200,66	622.357,49				
	Subtotais		144.720,41	477.637,08			184.200,66	622.357,49				
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com resultados	Ensino Profissional	4.179.111,89			2.837.757,05		4.457.571,67		3.437.474,61		
		E. F. A.	934.108,32			826.240,27		768.713,26		1.760.348,59		
		C.R.V.C.C.	597.662,50			601.995,56		588.483,73		1.199.658,06		
		F.M.C.	111.709,88			258.423,35		4.272,94		509.328,27		
		C.E.F.J.	71.433,54					231.342,88				
		Estágios Profissionais	21.218,47			41.513,34		14.861,91				
		Contrato Emprego	1.015,85			3.121,81		780,37		256,37		
		Outros	4.847,88			7.712,60		31.190,00				
Subtotais		5.921.108,33			4.576.763,98		6.097.216,76		6.907.065,90			
Totais			5.921.108,33	144.720,41	477.637,08	4.576.763,98		6.097.216,76	184.200,66	622.357,49	6.907.065,90	

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

13. Acontecimentos após a data do Balanço

13.1 Autorização para emissão

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 foram em 30 de Março de 2012 submetidas à apreciação do Conselho de Administração que após análise e concordância com as mesmas, decidiu nos termos estatutários remeter ao Conselho Geral para emissão de parecer.

13.2 Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Não foram recebidas informações relevantes que justificassem a alteração das divulgações já efetuadas.

13.3 Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos

Não ocorreram acontecimentos relevantes após a data do balanço, não dando lugar a ajustamentos.

14. Impostos sobre o rendimento

A Fundação Alentejo sendo uma Instituição Particular de Solidariedade Social, reconhecida pela Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular do Ministério da Educação em 03 de Julho de 2008, conforme Registo nº. 37 está isenta de IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais.

Deste modo as declarações fiscais da entidade referentes aos anos de 2008 a 2011 poderão vir a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as correcções resultantes de eventuais revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais não terão impacto significativo nas presentes demonstrações financeiras.

15. Instrumentos Financeiros

15.1 Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras

Os Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade:

- Clientes
- Fornecedores
- Outras contas a receber
- Outras contas a pagar
- Financiamentos obtidos

15.2. Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros			31.12.2011			31.12.2010		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Activos financeiros	Ativos financeiros ao custo amortizado menos imparidade	Clientes	13.519,77	(5.230,06)	8.289,71	10.043,25		10.043,25
		Aiantamentos a fornecedores	1.366,38	(1.366,38)		1.366,38		1.366,38
		Outras contas a receber	5.794.697,02	(3.480,55)	5.791.216,47	8.916.059,25		8.916.059,25
		Subtotais	5.809.583,17	(10.076,99)	5.799.506,18	8.927.468,88		8.927.468,88
Totais			5.809.583,17	(10.076,99)	5.799.506,18	8.927.468,88		8.927.468,88
Passivos financeiros	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Fornecedores	104.683,56		104.683,56	88.782,80		88.782,80
		Financiamentos obtidos	4.982.531,38		4.982.531,38	2.645.311,42		2.645.311,42
		Outras contas a pagar	814.993,15		814.993,15	364.486,26		364.486,26
		Subtotais	5.902.208,09		5.902.208,09	3.098.580,48		3.098.580,48
Totais			5.902.208,09		5.902.208,09	3.098.580,48		3.098.580,48

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

16. Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

O número médio de empregados durante o presente ano ascendeu a 151.

Os gastos com os empregados correspondem a:

(valores expressos em euros)

Gastos com pessoal	31-12-2011	31-12-2010
Remunerações do pessoal	2.755.237,02	2.623.410,54
Encargos s/ remunerações	537.302,17	532.103,86
Outros gastos	16.216,79	14.624,08
Total	3.308.755,98	3.170.138,48

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

A rubrica «outros gastos» inclui gastos de Acção Social, formação e seguro de acidentes de trabalho.

17. Divulgações exigidas por diplomas legais

17.1 Honorários faturados pelos Revisores Oficiais de Contas (art. 66-A do Código das Sociedades Comerciais)

(valores expressos em euros)

Honorários facturados pelos revisores oficiais de contas	Período 2011		Período 2010	
	Honorários facturados	Totais	Honorários facturados	Totais
Revisão legal das contas	14.724,60	14.724,60	14.425,32	14.425,32
Totais	14.724,60	14.724,60	14.425,32	14.425,32

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

18. Outras informações

18.1 Estado e outros entes públicos

(valores expressos em euros)

DESCRIÇÃO	31-12-2011	31-12-2010
Imposto sobre o rendimento		
Retenção de impostos sobre o rendimento	(28.239,97)	(23.454,36)
Imposto sobre o valor acrescentado	471.899,90	23.593,58
Outros impostos	33.438,14	33.438,14
Contribuições para a Segurança Social	(62.141,84)	(56.681,29)
Total	414.956,23	(23.103,93)

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

18.2 Dívidas ao estado e outros entes públicos em situação de mora.

A Administração informa que a entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º. 534/80, de 7 de novembro.

Mais informa, que dando cumprimento ao estipulado no Decreto-Lei n.º. 411/91, de 17 de outubro, que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

18.3 Diferimentos

(valores expressos em euros)

Devedores por Acréscimos de Rendimentos	2011	2010
Outros acréscimos de rendimentos		42.532,73
Total	0,00	42.532,73

Credores por Acréscimos de Gastos	2011	2010
Remunerações a liquidar	305.808,64	296.155,25
Juros a liquidar	18.255,16	1.250,61
Outros acréscimos de gastos	14.840,55	13.773,22
Total	338.904,35	311.179,08

Gastos a Reconhecer	2011	2010
Rendas e alugueres	16.135,93	14.201,27
Seguros	7.625,46	6.041,31
Outros	7.035,24	6.377,37
Total	30.796,63	26.619,95

Rendimentos a Reconhecer	2011	2010
Outros rendimentos a reconhecer	4.576.763,98	6.908.382,38
Total	4.576.763,98	6.908.382,38

Ativos e Passivos por Impostos Diferidos	2011	2010
Ativos por impostos diferidos	0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

18.4 Fornecimentos e serviços externos

(valores expressos em euros)

DESCRIÇÃO	2011	2010
Trabalhos especializados	143.730,38	146.500,00
Publicidade e propaganda	43.914,42	67.489,92
Vigilância e segurança	97.106,46	101.738,67
Honorários (pessoal externo)	105.706,41	143.752,73
Conservação e reparação	48.861,17	55.524,68
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	6.468,70	7.793,43
Livros e documentação técnica	1.219,28	4.191,34
Material de escritório	31.672,00	18.492,61
Artigos para oferta	1.817,30	1.646,55
Eletricidade	74.972,32	67.957,52
Combustíveis	10.384,96	14.559,03
Água	1.922,48	1.875,71
Outros fluidos	979,46	1.005,42
Deslocações e estadas	1.757,55	15.700,72
Transporte de mercadorias	827,34	658,46
Rendas e alugueres	240.203,78	226.702,85
Comunicação	44.199,19	49.519,07
Seguros	12.029,55	10.689,03
Contencioso e notariado	409,90	1.188,95
Despesas de representação	5.730,74	56.694,13
Limpeza, higiene e conforto	53.178,88	42.514,25
Ouros fornecimentos e serviços	42.211,03	59.375,76
TOTAL	969.303,30	1.095.570,83

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

18.5 Descrição das responsabilidades da entidade por garantias prestadas, desdobrando-as de acordo com a natureza destas e mencionando expressamente as garantias reais.

Garantias prestadas:

Caixa Geral de Depósitos – 123.425,39€ emitida ao Tribunal do Trabalho de Évora - Processo nº. 26/07.3TTEVR.

Hipoteka sobre os prédios urbanos sitos, na Avenida Dinis Miranda, Lotes 17 e 18 em Évora e Largo dos Combatentes da Grande Guerra, nº. 6 em Estremoz, até ao montante de 2.908.615,24€, para garantia da utilização de crédito através de conta caucionada na Caixa Geral de Depósitos.

Hipoteka sobre o prédio urbano sito na Urbanização da Muralha, lote 61 em Évora, até ao montante de 3.758.750.00 €, para garantia do pagamento do crédito utilizado para construção do Colégio da Fundação Alentejo.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fernanda de Sousa Gonçalves Carvalho Ramos

João Filipe Chaveiro Libório

José Manuel Leal Saragoça

Paulo Jorge Madeira Piçarra

Cláudio Hermínio Gonçalves Carvalho Ramos

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

José Miguel Melro Cameirão